

## PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 026/2022 PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 010/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DIVERSOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS, BEM COMO DOS SEUS MUNICÍPIOS INTEGRANTES, CONFORME TERMO REFERÊNCIA – ANEXO II, DESTE EDITAL.

• ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E INÍCIO DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:

### Dia 17/05/2022 às 9:15h (nove horas e quinze minutos).

O encaminhamento das propostas deverá ser efetuado até a data e horário fixados para abertura das propostas comerciais.

Após a abertura das propostas comerciais, o Pregoeiro iniciará a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas.

Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para encaminhamento das propostas comerciais, bem como a data para a sessão do Pregão ficarão prorrogadas para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários.

- MODO DE DISPUTA: ABERTO em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- •SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.portaldecompraspublicas.com.br
- CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: na *internet*, nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.cimams.mg.gov.br, telefones (38) 3221-0841 e 9 9970-3832, ou na sala de licitações das 08h (oito horas) às 13h (treze horas), de segunda à sextafeira, na Rua Tapajós, N° 441, Bairro Melo, Montes Claros/MG, CEP: 39.401-065
- DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS: <u>17/05/2022 às 09:14h</u>

**ESCLARECIMENTOS:** <a href="https://www.portaldecompraspublicas.com.br/">https://www.portaldecompraspublicas.com.br/</a>

• **REFERÊNCIA DE TEMPO:** horário de Brasília



## PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 026/2022 PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 010/2022

#### PREÂMBULO

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene – CIMAMS, inscrito no CNPJ sob o nº 21.505.692/0001-08, torna público, a abertura do **Processo Licitatório nº 026/2022**, na modalidade **Pregão Eletrônico Por Registro de Preços nº 010/2022**, do tipo menor preço, pelo **modo de disputa aberto,** nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei Nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto Nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais condições fixadas neste edital e seus anexos.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: das 09:00h do dia 03/05/2022, às 09:14h do dia 17/05/2022;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às **09:15h do dia 17/05/2022**, no endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O **Edital Completo** poderá ser obtido pelos interessados na sede do CIMAMS, em arquivo digital, mediante entrega de um pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de 08h às 13h ou pelos endereços eletrônicos <a href="https://www.cimams.mg.gov.br/conteudo/licitacoes/pregao-eletronico/">https://www.cimams.mg.gov.br/conteudo/licitacoes/pregao-eletronico/</a> e <a href="https://www.portaldecompraspublicas.com.br/">https://www.portaldecompraspublicas.com.br/</a>. O CIMAMS não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone (38) 3221-0841.

## I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1 O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança criptografia e autenticação em todas as suas fases.
- 2 Os trabalhos serão conduzidos pelo pregoeiro do Consórcio Intermunicipal da Área Mineira da Sudene, Alisson Rafael Alves Santos, e equipe de apoio, integrada por Rafael Gonçalves Chagas e Milena Miranda Guimarães, designados pela Portaria nº. 004 de 08 de março de 2022, publicada em 18 de março de 2022.



#### II - OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DIVERSOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS, BEM COMO DOS SEUS MUNMUNICIPAL MULTININALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE-CIMAMS; CONFORME TERMO REFERÊNCIA – ANEXO II, DESTE EDITAL.

#### III – ÁREA SOLICITANTE

Consórcio Intermunicipal da Área Mineira da Sudene – CIMAMS, e municípios consorciados: AGUAS VERMELHAS, ALVORADA DE MINAS, ANGELÂNDIA, BERILO, BERIZAL, BOCAIUVA, BONITO DE MINAS, BOTUMIRIM, BRASILIA DE MINAS, BUENÓPOLIS, BURITIZEIRO, BONITO DE MINAS, CAMPO AZUL, CAPITÃO ENÉAS, CATUTI, CHAPADA GAUCHA, CHAPADA DO NORTE, CLARO DOS POÇÕES, CÔNEGO MARINHO, CORAÇÃO DE JESUS, COUTO MAGALHÃES, CRISTÁLIA, CHAPADA GAUCHA, CURRAL DE DENTRO, DATAS, DIAMANTINA, ENGENHEIRO NAVARRO, ESPINOSA, FELÍCIO DOS SANTOS, FRANCISCO DUMONT, FRANCISCO SÁ, FRUTA DE LEITE, GAMELEIRAS, GLAUCILÂNDIA, GRÃO MOGOL, GUANHÃES, GUARACIAMA, IBIAI, IBIRACATU, ICARAÍ DE MINAS, ILICINIA, INDAIABIRA, ITACAMBIRA, ITACARAMBI, ITINGA, JAIBA, JANAUBA, JANUÁRIA, JAPONVAR, JEQUITAI, JOAQUIM FELÍCIO, JOSENÓPOLIS, JUVENILIA, LAGOA DOS PATOS, LASSANCE, LONTRA, LUISLÂNDIA, MAMONAS, MANGA, MATIAS CARDOSO, MATO VERDE, MIRABELA, MIRAVÂNIA, MONTALVÂNIA, MONTE AZUL, MONTES CLAROS, MONTEZUMA, NINHEIRA, NOVA PORTEIRINHA, NOVORIZONTE, OLHOS D'ÁGUA, PADRE CARVALHO, PATIS, PEDRAS DE MARIA DA CRUZ, PINTOPOLIS, PIRAPORA, PONTO CHIQUE, PORTERINHA, PRESIDENTE KUBITSCHEK, RIACHO DOS MACHADOS, RIO PARDO DE MINAS, RIO VERMELHO, RUBELITA, SABINÓPOLIS, SERRANOPOLIS DE MINAS, SALINAS, SANTA CRUZ DE SALINAS, SANTA FÉ DE MINAS, SANTO ANTONIO DO RETIRO, SÃO FRANCISCO, SÃO GONÇALO DO RIO PRETO, SÃO JOÃO DA LAGOA, SÃO JOÃO DA PONTE, SÃO JOÃO DAS MISSÕES, SÃO JOÃO DO PACUI, SÃO JOÃO DO PARAÍSO, SÃO ROMÃO, SENADOR MODESTINO, SERRO, TAIOBEIRAS, UBAÍ, URUCUIA, VARGEM GRANDE DO RIO PARDO, VÁRZEA DA PALMA, VARZELÂNDIA e VERDELÂNDIA

## IV - CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

1 — O edital encontra-se disponível na internet, nos sites <u>www.cimams.mg.gov.br</u> e <u>www.portaldecompraspublicas.com.br</u> ou, ainda, poderá ser obtida a cópia na sala de Licitações em arquivo digital, mediante entrega de um pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de



08 às 13 horas.

- 2 As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo nos sites <a href="www.cimams.mg.gov.br">www.cimams.mg.gov.br</a> e <a href="www.portaldecompraspublicas.com.br">www.portaldecompraspublicas.com.br</a>, bem como as publicações, quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.
- 3 Qualquer licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente edital por irregularidade, protocolando por meio eletrônico o pedido em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a realização do Pregão Eletrônico, no site <a href="https://www.portaldecompraspublicas.com.br">www.portaldecompraspublicas.com.br</a>.
- 3.1 Até 05 (cinco) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer cidadão poderá impugnar este Edital.
- 4 A IMPUGNAÇÃO DEVERÁ ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 5 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até **03** (**três**) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 7 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico <a href="https://www.portaldecompraspublicas.com.br">www.portaldecompraspublicas.com.br</a>.
- 8 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 9 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 9.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 10 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
- 11 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio <u>www.portaldecompraspublicas.com.br.</u> sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.
- 12 Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no



caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

13 - A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

## V - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 1 Poderão participar do presente Pregão Eletrônico, as empresas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos e, estiverem devidamente cadastradas junto ao Órgão Provedor do Sistema de Compras Públicas.
- 2 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante do licitante credenciado e subsequente cadastramento da proposta inicial de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.
- 3 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.
- 4 O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como **Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)**, conforme art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e que não esteja sujeito a quaisquer dos impedimentos do parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, **deverá declarar**, **em campo próprio do sistema eletrônico**, sua condição de ME ou EPP.
- 4.1 O documento comprobatório do enquadramento do licitante como ME ou EPP deve ser apresentado junto à Proposta Comercial expressa, bem como a Declaração do **Anexo IV**, pelo detentor da proposta de menor preço na disputa do pregão.
- 4.2 O licitante que não possuir os pressupostos legais para estar enquadrado como ME ou EPP na data da licitação e se beneficiar do tratamento diferenciado, mesmo possuindo os documentos acima indicados, ficará sujeito às sanções legais, considerando que o desenquadramento é um ato declaratório da própria empresa, e que ele estará descumprindo o art. 3°, §9°, da Lei Complementar n° 123/2006.
- 5 A participação no LOTE 01 **destina-se a Ampla Concorrência**, podendo participar todos os interessados, inclusive microempresas ME e empresas de pequeno porte EPP; conforme



Planilha disponível no Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br

- 6 A participação no LOTE 01-A corresponde a RESERVA DE COTAS **exclusiva a microempresas ME e empresas de pequeno** porte EPP, beneficiadas pelo art. 48, III da Lei Complementar nº 123, de 2006, com as alterações trazidas pela LC 147/2014; conforme Planilha disponível no Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br
- 7 A Microempresa—ME ou Empresa de Pequeno Porte EPP que participar da disputa no lote de ampla concorrência ficará obrigada a apresentar proposta inicial (lance) igual ou menor do que o preço mais baixo oferecido na disputa (reserva de cotas) do lote gerado pela reserva do percentual de 25%.
- 8 Em caso de não participação de **Microempresas ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP,** o lote a eles destinados, poderão ser contemplados pela ampla concorrência.
- 9 Não será admitida nesta licitação a participação de:
- 9.1 Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;
- 9.2 Pessoas jurídicas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e nas respectivas entidades da administração indireta, ou tenham sido suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com o CIMAMS;
- 9.3 Pessoas Jurídicas das quais participem, seja a qualquer título, dirigentes ou servidores do CIMAMS, conforme artigo 9° da Lei de Licitações e Contratos.
- 9.4 Composta de deputados, senadores e vereadores que sejam proprietários, controladores ou diretores, conforme art. 54, II, "a", c/c art. 29, IX, ambos da Constituição Federal/1988;
- 10 A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.
- 11 Os interessados deverão atender a todas as exigências estabelecidas neste Edital, sejam as que dizem respeito às especificações do objeto, sejam os referentes à documentação solicitada, forma de apresentação da(s) proposta(s) e demais condições exigidas.

#### VI - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições: acompanhar os trabalhos da equipe de apoio; responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame; abrir as propostas de preços; analisar a aceitabilidade das propostas; desclassificar propostas indicando os motivos; conduzir



os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço; verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar; declarar o vencedor; receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos; elaborar a ata da sessão com o auxílio eletrônico; encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação; abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando aplicação de penalidades previstas na legislação.

- 2 O interessado deverá formular sua proposta e enviá-la atendendo as especificações constantes deste edital e de seus anexos, segundo as regras operacionais do pregão eletrônico.
- 3 O interessado poderá participar de um ou de todos os **lotes** do certame, obedecendo as disposições da LC 147/2014.

#### VII - CREDENCIAMENTO - CADASTRAMENTO

- 1 O fornecedor deverá fazer sua adesão ao Portal de Compras Públicas, acessando o seguinte endereço: <a href="https://www.portaldecompraspublicas.com.br">https://www.portaldecompraspublicas.com.br</a>, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse e apresente a documentação e condições exigidas terá acesso ao Portal.
- 1.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
- 1.2 O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 2 A Administradora do Pregão Eletrônico conjuntamente com a Equipe de Apoio dará sequência ao processo de Pregão.
- 3 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

## VIII – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.



- 3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 7 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

#### IX - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 1.1. Valor unitário e total do item;
- 1.2. Marca, quando for o caso;
- 1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações especificadas no Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 1.4. E-mail para fins de comunicação com o proponente.
- 2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 2.1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 2.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 2.3. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 90 (noventa) dias corridos.
- 2.4. Os preços unitários ofertados pelos proponentes não poderão ser superiores aos preços unitários levantados pelo CIMAMS.



## X - ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo na fase de aceitação.
- 3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.1. O julgamento das propostas será feito pelo <u>MENOR PREÇO/VALOR POR LOTE</u>, sendo que os descontos deverão ser fornecidos proporcionalmente a cada item do lote.
- 6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser fixado pelo pregoeiro.
- 9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois



minutos ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

- 12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor preço registrado, vedada a identificação do licitante.
- 16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 18 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 19 As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 20 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 21 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 22 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



- 23 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3°, § 2°, da Lei n° 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 23.1. no país;
- 23.2. por empresas brasileiras;
- 23.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 23.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 24 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 25 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 25.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 25.3. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 26 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

#### XI - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7° e no § 9° do art. 26 do Decreto Federal nº 10.024/2019.
- 2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado no Edital, desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos,



irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

- 3 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 4 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do proponente, observado o disposto neste Edital.

#### XII - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5° da Lei n° 8.666/93).
- 3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 4 -. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.



6 - As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## XIII - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 1 Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.
- 1.1 Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado (s) de Capacidade Técnica.
- 2 A relação de documentos para fins de habilitação está contida no Anexo I do Edital e deverão ser protocoladas via sistema juntamente com as propostas.
- 3 O(a) Pregoeiro(a) e a equipe de apoio efetuarão consulta ao site da Receita Federal para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ, em observância à legislação pertinente, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos extraídos pela internet, junto aos *sites* dos órgãos emissores, para fins de habilitação.
- 4 Sob pena de **inabilitação**, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ ou CPF e endereço respectivo, observando-se que:
- 4.1 se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da **matriz**;
- 4.2 se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da **filial**;
- 4.3 se o licitante for **matriz**, e o **executor** do contrato for **filial**, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da **filial**;
- 4.4 serão dispensados da **filial** aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da **matriz**.
- 5 A microempresa ME, a empresa de pequeno porte EPP ou equiparada deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.
- 5.1 Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME, EPP ou equiparada for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do CIMAMS, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.
- 5.2 A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao(à) Pregoeiro(a).



- 5.3 Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.
- 5.4 A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02, sendo facultado ao(a) Pregoeiro(a) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou submeter o processo à autoridade competente para revogação.
- 6 Os documentos exigidos neste edital deverão ser apresentados com vigência plena na data fixada para sua apresentação.
- 6.1 Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de abertura do Pregão, exceto atestados de capacidade técnica, se exigidos.
- 6.2 Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou pelo Pregoeiro(a) ou publicação em órgão da imprensa oficial, nos termos do art. 32, caput, c/c art. 38, inciso IV, ambos da Lei nº 8.666/93, com exceção dos extraídos pela internet, com vigência plena na data fixada para sua apresentação.
- 7 Os documentos mencionados neste Título não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo.
- 8 A apresentação dos documentos em desacordo com o previsto neste Edital, ou a ausência dos mesmos, inabilitará o licitante.
- 8.1 Nesse caso, o licitante responderá pelas sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/02, e neste edital, considerando que este manifestou, quando do registro de sua proposta comercial, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

#### XIV - RECURSOS E CONTRARRAZÕES

- 1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, o Pregoeiro fixará o prazo para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, exclusivamente em campo próprio do sistema.
- 2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.



- 2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

#### XV - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 1 A sessão pública poderá ser reaberta:
- 1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 2 -. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

## XVI – ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 1 Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente.
- 1.1. A autoridade competente homologará o resultado da licitação ao vencedor do certame,
- 2 Homologado o resultado da licitação, a Administração deverá encaminhar ao adjudicatário a Ata de Registro de Preços, por intermédio do e-mail informado em sua proposta, para que, no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da data desta convocação, seja o referido instrumento assinado e devolvido via postal, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital. Se assim houver interesse, poderá



o adjudicatário comparecer pessoalmente à sede do CIMAMS para assinatura.

- 2.1. A Administração não se responsabilizará pelo não recebimento da Ata de Registro encaminhada para o e-mail informado na proposta, devendo o proponente mantê-lo em condições de receber as mensagens que lhe forem encaminhadas relativas ao presente certame. Em caso de fato superveniente que venha a inviabilizar o recebimento de e-mails, deverá o proponente, em tempo hábil, comunicar a Administração.
- 3 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação dos licitantes vencedores, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições

## XVII - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e contratar com o CIMAMS pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### XVIII – DA FORMA DE PAGAMENTO

- 1 A CONTRATADA deverá apresentar, em até 5 (cinco) dias úteis a contar do terceiro dia útil de cada mês, pré-faturamento referente ao mês anterior com detalhes dos fornecimentos, para conferência por parte da CONTRATANTE e posterior aprovação para faturamento.
- 2 Depois de realizada conferência e aprovação de faturamento mensal, a CONTRATADA deve emitir a nota fiscal/fatura relativa ao fornecimento, que deverá ser entregue na Secretaria de Administração, para fins de liquidação.
- 3 O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE **no prazo de até 30 (trinta) dias**, contado da data da protocolização junto ao órgão competente da nota fiscal/fatura, mediante depósito creditado em conta corrente da CONTRATADA.
- 4 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA sem a conferência e atestação do objeto ou no caso de erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, situação em que o pagamento será suspenso e a nota fiscal/fatura será devolvida à CONTRATADA, cessando a contagem do prazo até que a mesma providencie as medidas saneadoras.
- 5 A contagem do prazo para pagamento será reiniciado logo após reapresentação e protocolização junto ao órgão competente do documento fiscal com as devidas correções, fato esse que não poderá acarretar qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE, nem deverá haver prejuízo do fornecimento dos produtos pela CONTRATADA.

## XIX - DA CONTRATAÇÃO

- 1 A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura de Ata de Registro de Preços.
- 1.1 Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 1.2 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 03 (três) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o subitem 1.1 deste item, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 1.3 Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 1.1, ou se recusar a cumprir a ordem de compra, será convocada outra licitante na ordem de classificação das ofertas, e assim sucessivamente.

## XX - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1 - Por tratar-se de licitação realizada através do Sistema de Registro de Preços, a dotação orçamentária será indicada em documento específico: contrato, nota de empenho, autorização de fornecimento, ou outro documento equivalente que ficará a cargo e responsabilidade dos municípios consorciados.

## XXI - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

- 1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes penalidades:
- 1.1 Advertência por escrito;
- 1.2 Em caso de descumprimento total da obrigação assumida, poderá ser aplicada multa de até 20% do valor do contrato;
- 1.3 Suspensão temporária do direito de participar em licitações e contratar, com o licitante, por um período não superior a 05 (cinco) anos, conforme na forma do art. 7° da Lei n.º 10.520/02;
- 1.4 Rescisão da contratação.

#### XXII - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



- 1 O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, e nas condições previstas neste Edital.
- 2 A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.
- 3 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea —dl do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 3.1 Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea —d∥ do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, o CONSÓRCIO, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 3.2 Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro e definido o novo preço máximo a ser pago pelo CONSÓRCIO, o proponente registrado será por ela convocado para a devida alteração do valor registrado em Ata.
- 4 A existência de preços registrados não obriga o órgão gerenciador e nem o CIMAMS, usuário da Ata de Registro de Preços, a contratar, facultando-se a cada um destes, a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.
- 5 A licitante vencedora terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para assinar a Ata, contados da convocação, por escrito, do CONSÓRCIO.

## 6 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 6.1 Homologada a Licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com o fornecedor primeiro classificado e, se for o caso, com os demais classificados que aceitarem fornecer o objeto pelo preço do primeiro, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.
- 6.2 Antes da assinatura da Ata de Registro de Preços será realizada consulta as suas condições de habilitação, que deverão ter sido mantidas.
- 6.3 Caso seja comprovada alguma pendência, a Empresa será notificada formalmente e serlhe-á concedido o prazo para sua regularização.
- 6.4 O CONSÓRCIO convocará formalmente os fornecedores, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, informando o local, data e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preços.
- 6.5 O prazo previsto no subitem acima poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo fornecedor convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Consórcio.



6.6 - No caso do fornecedor primeiro classificado, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, o CONSÓRCIO registrará os demais licitantes, na ordem de classificação.

## 7 - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 7.1 O CONSÓRCIO está neste edital qualificado, como órgão gerenciador do registro de preços e poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, e contratar a partir da mesma.
- 7.2 Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.
- 7.3 Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados.

## 8 - DAS CONDIÇÕES DE GERENCIAMENTO

- 8.1 O CONSÓRCIO será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta Licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem contratados, o fornecedor para o qual será emitido o pedido.
- 8.2 A convocação dos fornecedores pelo CONSÓRCIO será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverão comparecer para retirar o respectivo pedido.
- 8.3 O fornecedor convocado na forma do subitem anterior que não comparecer, não retirar o pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste Edital.
- 8.4 Quando comprovada uma dessas hipóteses, o CONSÓRCIO poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

## 9 - DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

- 9.1 Na Ata de Registro de Preços, o menor preço do objeto ofertado na Licitação (item) será fixo e irreajustável. Entretanto, poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.
- 9.2 Isto não se aplica aos contratos gerados e firmados a partir da Ata de Registro de Preços, os quais poderão ser revistos, reajustados e reequilibrados, de acordo com o edital.
- 9.3 O preço registrado poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços, cujos preços foram registrados.

- 9.4 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão gerenciador convocará o Fornecedor visando à negociação para redução de preços aos valores praticados pelo mercado.
- 9.5 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 9.6 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 9.7 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 9.8 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 9.9 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

## 10 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1 O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:
- 10.1.1 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços.
- 10.1.2 Não retirar a respectiva nota de empenho no prazo estabelecido pela CONTRATANTE, sem justificativa aceitável;
- 10.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 10.1.4 Tiver presentes razões de interesse público.
- 10.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do CONTRATANTE.
- 10.3 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

## XXIII - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.



- 3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília DF.
- 4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 10 O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 11 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 12 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13 O CIMAMS, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.
- 14 A anulação do pregão induz à do contrato.
- 15 A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.
- 16 É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência

destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

17 - O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Setor de Licitação, Rua Tapajós, nº 441, Bairro Melo, Montes Claros/MG, no e-mail: licitacao@cimams.com.br e site www.cimams.mg.gov.br, nos dias úteis, no horário das 08H:00 às 13H:00, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

18 - Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Documentos de Habilitação

Anexo II - Termo de Referência;

**Anexo III** – Modelo de Declaração de Habilitação;

Anexo IV - Modelo de Declaração de Condição de ME ou EPP;

Anexo V - Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica;

Anexo VI - Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;

Anexo VII - Modelo de Declaração de Prévia Conformidade;

**Anexo VIII A e B** – Modelo de Declaração de cumprimento do art. 429 da CLT.

**Anexo IX** – Minuta Ata Registro Preços;

**Anexo X** – Minuta Contrato de expectativa de fornecimento.

19 – O CIMAMS convocará o adjudicatário e estabelecerá prazo para assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, conforme o caso, observado o prazo de validade da proposta.

19.1 - Na hipótese de o adjudicatário não comparecer para assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, aplicar-se-á as sanções cabíveis. O(a) Pregoeiro(a) examinará as propostas subsequentes e a habilitação dos licitantes, segundo a ordem de classificação, até a apuração da proposta que atenda ao edital, podendo ainda, negociar o preço.

20 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.



- 21 Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.
- 22 Na análise da documentação e no julgamento das propostas comerciais, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.
- 23 Toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.
- 24 O Pregoeiro, no interesse do CIMAMS, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 3° do art. 43 da Lei nº 8.666/93.
- 24.1 O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante.
- 25 O Pregoeiro poderá determinar a apresentação de documento original, com vistas à confirmação da autenticidade de cópia apresentada no certame, quando julgar necessário ou se o documento for impugnado por algum licitante, em prazo a ser definido para cumprimento da diligência.
- 25.1 Poderá ser apresentado o original para autenticação da cópia pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio, ou cópia autenticada por cartório.
- 26 A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.
- 27 A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o CIMAMS revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes.
- 28 O CIMAMS poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.
- 29 Fica eleito o foro da Comarca de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Montes Claros-MG, 28 de abril de 2022.

Alisson Rafael Alves Santos

Pregoeiro do CIMAMS



## ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO HABILITAÇÃO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 026/2022 PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 010/2022

A empresa vencedora do certame, deverá apresentar os documentos para habilitação no prazo estabelecido no Item XIII do Edital, sendo que os documentos somente serão aceitos se anexados no sistema do portal de compras dentro do prazo estabelecido.

Para fins de habilitação no certame, serão exigidos os seguintes documentos:

## 1- HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 1.1 Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores;
- 1.2 Registro comercial (requerimento de empresário), no caso de empresa individual;
- 1.3- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- 1.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento expedido no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 1.5 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 1.6 Comprovação de idoneidade das licitantes através da apresentação dos seguintes documentos:
- a) Impressão da página de consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, referente à pessoa jurídica/licitante e de seu sócio majoritário e/ou diretor, com data de consulta não superior a 10 (dez) dias contados do dia de recebimento das propostas.
- b) Certidão negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa do CNJ Conselho Nacional de Justiça, referente à pessoa jurídica/licitante e de seu sócio majoritário e/ou diretor, em todas as esferas de governo, com data não superior a 10 (dez) dias contados do dia de recebimento das propostas.
- 1.6.1 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro considerará inabilitado o licitante, por falta de condição de participação.



- 1.6.2 Os documentos constantes das alíneas "a" e "b" do item 7.1.1.2 serão conferidos no ato da sessão pela Comissão de Apoio através de consulta nos sites oficiais www.portaltransparencia.gov.br e www.cnj.jus.br.
- 1.6.3 No caso da licitante não apresentar tais comprovações, os referidos documentos poderão ser providenciados pelo (a) pregoeiro (a), entretanto, havendo problemas de ordem técnica no site, que impossibilite sua consulta através de tal diligência, a empresa será considerada inabilitada

#### 2 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- 2.1 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- 2.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria Estadual competente;
- 2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria Municipal competente;
- 2.4 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS, mediante apresentação de certidão emitida pela Caixa Econômica Federal;
- 2.5 Prova de regularidade perante a justiça do trabalho, mediante apresentação de certidão emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (CNDT);

## 3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 3.1 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa licitante, por meio do cálculo de índices contábil abaixo prevista vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- 3.1.1 O Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis supracitados poderão ser atualizados por índices oficiais quando encerrados ha mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, devendo ser utilizado o Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que o venha substituir, mediante apresentação, junto à documentação, de memorial de cálculo assinado pelo contador da empresa.
- 3.1.2 As empresas com menos de um exercício financeiro deverão apresentar Balanço de Abertura ou último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

- 3.1.3 Serão considerados, "na forma da lei", o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e as demonstrações contábeis apresentados da seguinte forma:
- I) publicados em Diário Oficial; ou
- II) publicados em Jornal; ou
- III) por cópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou no órgão de registro equivalente; ou
- IV) por cópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento; ou
- V) na forma de escrituração contábil digital (ECD) prevista na Instrução Normativa da RFB N° 1774, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017, acompanhada da autenticação pela Junta Comercial, conforme disposto no artigo 14, inciso II, da Instrução Normativa n° 11, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.
- 3.1.4 O Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis apresentados deverão conter assinatura do representante legal da empresa licitante e do seu contador ou, caso apresentadas por meio de publicação, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade CRC são indispensáveis.
- 3.2 Todas as Empresas licitantes, independentemente da forma de constituição, deverão apresentar em separado os elementos abaixo discriminados:
- Índice de Liquidez Corrente ILC igual ou superior a 1,0
- Índice de Liquidez Geral ILG igual ou superior a 1,0
- Índice de Endividamento Geral IEG igual ou inferior a 1,0
- 3.2.1 Análise Contábil-Financeira da empresa, para avaliação de sua situação financeira, a ser apresentada em memorial de cálculo dos índices de Liquidez Geral (ILG), Índice de Liquidez Corrente (ILC) e Índice de Endividamento Geral (IEG), assinado pelo responsável, com as seguintes fórmulas:

ILG= <u>ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</u>

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGIVEL A LONGO PRAZO

ILC= <u>ATIVO CIRCULANTE</u>
PASSIVO CIRCULANTE



#### IEG= PASSIVO CRCULANTE + EXIGIVEL A LONGO PRAZO

#### ATIVO TOTAL

- 3.2.2 Será inabilitada a licitante que apresentar resultado menor que 1 (um) para os índices de Liquidez Corrente ou Liquidez Geral, ou maior que 1 (um) para Índice de Endividamento.
- 3.3 Certidão negativa de falência, expedida pelo cartório judicial da sede da licitante, dentro do prazo de validade. Quando não for especificado nesta certidão o prazo de validade, esta será considerada como sendo de 90 (noventa) dias.
- 3.3.1 Eventuais participantes que estejam sob processo de Recuperação Judicial deverão comprovar que a participação em Licitações Públicas consta do respectivo Plano de Recuperação devidamente aprovado pelo juízo competente.

## 4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 4.1 Atestado de Capacidade Técnica comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características e quantidades do objeto da licitação, através da apresentação de no mínimo 01 atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação.
- 4.1.1 Poderão ser solicitada(s) cópia(s) de contrato(s), atestado(s), declaração(ões) ou outros documentos idôneos que comprove(m) as informações dos atestados apresentados, por meio de diligências.
- 4.1.2 Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.
- 4.1.3 Poderão ser somados os quantitativos de atestados distintos, sendo considerado o conjunto, desde que o objeto (do edital convocatório) tenham sido realizados no mesmo período, com vistas a atestar a capacidade operacional da empresa para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.

## <u>5 – DECLARAÇÃO E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:</u>

- a) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal, conforme modelo em anexo.
- b) <u>Declaração</u> de cumprimento do disposto no art. 429 do Decreto-Lei nº. 5.452/1943 Consolidação das Leis do Trabalho CLT, ou <u>Declaração</u> de que não tem em seus quadros funcionais empregados cujas atribuições exijam formação profissional, conforme modelos anexo A e B.



c) Declaração Prévia de Conformidade, conforme modelo em anexo.

Montes Claros-MG, 28 de abril de 2022.

Alisson Rafael Alves Santos Pregoeiro do CIMAMS



# ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 026/2022 PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 010/2022

#### 1. DO OBJETO

- 1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DIVERSOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE CIMAMS, BEM COMO DOS SEUS MUNICÍPIOS INTEGRANTES.
- 1.2. Segue abaixo descritivos e estimativas de quantitativos, que foram divididos em dois lotes (LOTE 01 e LOTE 01-A):
- 1.2.1. A participação no LOTE 01 **destina-se a Ampla Concorrência**, podendo participar todos os interessados, inclusive microempresas ME e empresas de pequeno porte EPP; conforme Planilha disponível no Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico <a href="https://www.portaldecompraspublicas.com.br">www.portaldecompraspublicas.com.br</a>

## **LOTE 01**

Lote	Código	Produto	Qtd.	Critério Participação
0001		LOTE 01		
	0001	ALMOFADA PARA CARIMBO N° 3, AZUL, TAMPA PLÁSTICA, MEDIDAS: 7X11CM	825 UN	Ampla concorrência
	0002	ALMOFADA PARA CARIMBO N° 3, PRETA, TAMPA PLÁSTICA, MEDIDAS: 7X11CM	825 UN	Ampla concorrência
	0003	ALMOFADA PARA CARIMBO N° 3, VERMELHA, TAMPA PLÁSTICA, MEDIDAS: 7X11CM	825 UN	Ampla concorrência
	0004	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO, BASE DE PLÁSTICO AZUL, MEDIDAS MÍNIMAS 15,0 X 6,0 . cm, e refil substituível com sistema Flip Top para guardar os marcadores	582 UN	Ampla concorrência
	0005	BORRACHA PARA LÁPIS NA COR BRANCA, MACIA, CAPACIDADE PARA APAGAR A ESCRITA SEM manchar o papel. Pvc free nº 20. Composição Borracha natural e estireno butadieno - Certificado pelo INMETRO - segurança do artigo escolar - ABNT/NBR 152336/09	6.730 UN	Ampla concorrência
	0006	CAIXA DE ARQUIVO PAPELÃO, NA COR PARDA, PAPELÃO OFÍCIO, MEDINDO 35X14X25 CM, COM. trava dupla interna e espaço para informações estampadas na sua parte externa	7.080 UN	Ampla concorrência
	0007	CALCULADORA DE MESA 12 DÍGITOS, MEMÓRIA, INVERSÃO DE SINAIS, PORCENTAGEM, . Grand total, Mark up, Duplo zero, backspace, bateria e solar. Dimensões 13.5x10.4x2,5cm	300 UN	Ampla concorrência



## CIMAMS Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene

#### Rua Tapajós, Melo, № 441, Montes Claros, Minas Gerais - CEP: 39.401-065 CNPJ: 21.505.692.0001-08

	CANETA ESFEROGRÁFICA, NA COR AZUL, CORPO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, FORMATO DO . corpo	20.438 UN	Ampla concorrência
0000	sextavado, modelo simples		
0008	descartável, corpo translúcido com furo para respiro no centro, ponta em latão, com esfera de tungstênio, espessura de 1,0 mm, média de rendimento mínimo de escrita 1700 metros, com tampa protetora na cor		
	da tinta removível e ventilada, tampa do topo fixa.	15.750	A 1 ^ .
	CANETA ESFEROGRÁFICA, NA COR PRETA, CORPO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, FORMATO	15.750 UN	Ampla concorrência
0000	DO . corpo sextavado, modelo simples		
0009	descartável, corpo translúcido com furo para respiro no centro, ponta em latão, com esfera de tungstênio, espessura de 1,0 mm, média de		
	rendimento mínimo de escrita 1700 metros, com tampa protetora na cor		
	da tinta removível e ventilada, tampa do topo fixa	15.550	
0010	CANETA ESFEROGRÁFICA, NA COR VERMELHA, CORPO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, FORMATO DO. CORPO SEXTAVADO, MODELO SIMPLES DESCARTÁVEL, CORPO TRANSLÚCIDO COM FURO PARA RESPIRO NO CENTRO,	15.750 UN	Ampla concorrência
0010	PONTA EM LATÃO, COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO, ESPESSURA DE 1,0 MM, MÉDIA DE RENDIMENTO MÍNIMO DE ESCRITA: 1.700 METROS, COM TAMPA PROTETORA NA COR		
	DA TINTA REMOVÍVEL E VENTILADA, TAMPA DO TOPO FIXA  CANETA MARCA CD/DVD - AZUL/PRETA, PONTA DE 20,	300 UN	Ampla concorrência
0011	RESINA TERMOPLÁSTICA, TINTA À . base de álcool, corantes aditivos e ponta de poliéste	300 011	7 impla concorrencia
	CANETA MARCA TEXTO, COR AMARELA. RESINA	1.724	Ampla concorrência
0012	TERMOPLÁSTICAS, TINTA À BASE DE ÁGUA, .	UN	r
	corante, aditivos e ponta de poliéster.  CLIPS 2/0 GALVANIZADO COM 415 UNIDADES, COR PRATA,	1.688	Ampla concorrência
0012	RESISTENTE À OXIDAÇÃO Flexível e	UN	Ampia concorrencia
0013	resistente (não quebra fácil). Alta		
	durabilidade, embalado em saco plástico inviolável CLIPS 3/0 GALVANIZADO COM 415 UNIDADES, COR PRATA,	1.688	Ample concerrâncie
0014	RESISTENTE À OXIDAÇÃO Flexível e resistente (não quebra fácil). Alta	UN	Ampla concorrência
	durabilidade, embalado em saco plástico invioláve		
0015	COLA BRANCA LIQUIDA, 1000GR, DE USO ESCOLAR, NÃO TÓXICA E 100%. LAVÁVEL. NÃO . tem solventes nem PVC, é multiuso, Cola	2.063 UN	Ampla concorrência
	papel, papelão, fotos e algodão. Com certificação do INMETRO		
0016	COLA BRANCA - LIQUIDA 110GR, DE USO ESCOLAR, NÃO TÓXICA E 100% LAVÁVEL. NÃO	8.742 UN	Ampla concorrência
0010	TEM . solventes nem PVC, é multiuso, Cola papel, papelão, fotos e algodão. Com certificação do INMETRO		
	COLA EM BASTÃO 10 GR, COLA BRANCA DE USO ESCOLAR, SECAGEM RÁPIDA, NÃO TÓXICA, A .	1.793 UN	Ampla concorrência
0017	base de água e 100% lavável. Composição resina sintética, água, umectante e preservantes. Cola papel, papelão, fotos e algodão.		
0010	Contenha certificação do INMETRO.  CORRETIVO LÍQUIDO 18 ML, ATÓXICO A BASE DE ÁGUA	666 UN	Ampla concorrência
0018	CORRETIVO LÍQUIDO TIPO CANETA, 8 ML, ATÓXICO	111 UN	Ampla concorrência
0019	ENVELOPE BRANCO, CARTA, FORMATO 114MMX162MM 90	38 UN	Ampla concorrência
0020	GRS. C/1000 UND		Ţ
0021	ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL, FORMATO: 175MMX250MM - 80 G COM 250 UND	94 UN	Ampla concorrência
0022	ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL, FORMATO: 229MMX324MM - 80 G COM 250 UND	94 UN	Ampla concorrência
0023	ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL, FORMATO: 240MMX340MM - 80 G COM 250 UND	94 UN	Ampla concorrência
0024	ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL, FORMATO: 250MMX350MM - 80 G COM 250 UND	94 UN	Ampla concorrência
0025	ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL, FORMATO: 260MMX360MM - 80 G COM 250 UND	94 UN	Ampla concorrência



## Rua Tapajós, Melo, № 441, Montes Claros, Minas Gerais - CEP: 39.401-065 CNPJ: 21.505.692.0001-08

0026	ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL, FORMATO:	94 UN	Ampla concorrência
0026	310MMX410MM - 80 G COM 250 UND		•
0027	ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL, FORMATO: 370MMX450MM - 80 G COM 250 UND	94 UN	Ampla concorrência
0028	ESTILETE ESTREITO, CORPO PLÁSTICO 18 MM, LARGO	375 UN	Ampla concorrência
0029	ESTILETE ESTREITO, CORPO PLÁSTICO 9 MM, ESTREITO	294 UN	Ampla concorrência
0030	EXTRATOR DE GRAMPO TIPO ESPÁTULA, CONFECCIONADO EM AÇO, TIPO ALAVANCA	375 UN	Ampla concorrência
0031	FITA ADESIVA 12 X 33, TRANSPARENTE, RESISTÊNCIA À TRAÇÃO: 92 KG/CM². ALONGAMENTO. de ruptura 110% a 150%. Resistência ao calor -40 a 90 °C. Quantidade de adesivo 20g/m².	844 UN	Ampla concorrência
0032	FITA ADESIVA 12X65, TRANSPARENTE RESISTÊNCIA À TRAÇÃO: 92 KG/CM². ALONGAMENTO DE. ruptura 110% a 150%. Resistência ao calor -40 a 90 °C. Quantidade de adesivo 20g/m²	844 UN	Ampla concorrência
0033	FITA ADESIVA 19 X 50, TRANSPARENTES, RESISTÊNCIA À TRAÇÃO 92 KG/CM² Alongamento de ruptura 110% a 150%. Resistência ao calor -40 a 90 °C. Quantidade de adesivo 20g/m²	2.250 UN	Ampla concorrência
0034	FITA ADESIVA 45 X 45, TRANSPARENTES RESISTÊNCIA À TRAÇÃO: 92 KG/CM² Alongamento de ruptura 110% a 150%. Resistência ao calor -40 a 90 °C. Quantidade de adesivo 20g/m²	1.650 UN	Ampla concorrência
0035	FITA CREPE 18 X 50, ESPESSURA TOTAL: APROXIMADAMENTE 12 MICRAS. ALONGAMENTO. de ruptura 7% a 15%. Diâmetro do tubete 3 polegadas. Resistência à tração 34 kg/cm² Resistência ao calor -40 a 90 °C. Quantidade de adesivo 20g/m²	1.350 UN	Ampla concorrência
0036	FITA CREPE 24 X 50, ESPESSURA TOTAL: APROXIMADAMENTE 12 MICRAS. 2 ALONGAMENTO DE. ruptura 7% a 15%. Diâmetro do tubete 3 polegadas. Resistência à tração 34 kg/cm² Resistência ao calor - 40 a 90 °C. Quantidade de adesivo 20g/m²	1.350 UN	Ampla concorrência
0037	FITA CREPE 48M X 50M, ESPESSURA TOTAL: APROXIMADAMENTE 12 MICRAS. 2 ALONGAMENTO. de ruptura 7% a 15%. Diâmetro do tubete 3 polegadas. Resistência à tração 34 kg/cm² Resistência ao calor -40 a 90 °C. Quantidade de adesivo 20g/m²	1.080 UN	Ampla concorrência
0038	GRAMPEADOR COM CORPO EM AÇO ESCOVADO, DEPÓSITO COM FACE DE SEGURANÇA E APOIO  Emborrachado, com capacidade de grampear 40 folhas uma única vez, com botão ejetor na parte traseira para abrir o local indicado para os grampos. Utiliza grampo 23/6 26/6 23/8 e 24/8	225 UN	Ampla concorrência
0039	GRAMPEADOR DE MESA EM METAL PARA GRAMPEAR ATÉ 20 FOLHAS, CAPACIDADE DE 105. grampos. Grampo utilizado 26/6, tamanho da base 11cm, cor preto, base emborrachada, estrutura em metal	1.013 UN	Ampla concorrência
0040	GRAMPEADOR DE MESA EM METAL PARA GRAMPEAR ATÉ 30 FOLHAS, CAPACIDADE DE 105. grampos. Grampo utilizado 26/6, tamanho da base 18cm, cor preto, base emborrachada, estrutura em metal	720 UN	Ampla concorrência
0041	GRAMPEADOR PROFISSIONAL METÁLICO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM BASE EMBORRACHADA E . com sistema simples de recarga medindo aproximadamente 28cm, capacidade para grampear 100 folhas de 75grs, em uma única vez. Utiliza grampos 24/8 24/10 23/8 9/8 23/10 9/10 23/13 9/13 e 9/14	360 UN	Ampla concorrência
0042	GRAMPEADOR PROFISSIONAL METÁLICO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM BASE EMBORRACHADA E . com sistema simples de recarga. Medindo aproximadamente 28cm, capacidade para grampear 240 folhas de 75grs em uma única vez	150 UN	Ampla concorrência



## CIMAMS

## Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene Rua Tapajós, Melo, Nº 441, Montes Claros, Minas Gerais - CEP: 39.401-065

#### CNPJ: 21.505.692.0001-08

	GRAMPEADOR TIPO ALICATE, GRAMPEIA 25 FOLHAS COM	225 UN	Ampla concorrência
0043	TRILHO CROMADO. COMPOSIÇÃO:		1
	AÇO . e pintura eletrostática		
	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6, CAIXA COM 5000	563 UN	Ampla concorrência
0044	GRAMPOS COBREADOS		1
	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6, CAIXA COM 5000	938 UN	Ampla concorrência
0045	GRAMPOS GALVANIZADOS	936 UN	Ampia concorrencia
		222 777	
0046	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 9/14, CAIXA COM 5000	222 UN	Ampla concorrência
0010	GRAMPOS		
0047	GRAMPO TRILHO, 80 MM, PLÁSTICO ESTENDIDO, COM 200	507 UN	Ampla concorrência
0047			
	LÁPIS PARA ESCRITA PRETO, NÚMERO 2, FORMATO	16.855	Ampla concorrência
	CILÍNDRICO, PRODUZIDO COM	UN	7 impla concorrence
	MADEIRA. 100% reflorestável. Medida aproximada do lápis	CIT	
0048	comprimento 175 mm, entre faces 6,9 a 7,2mm, diâmetro do grafite 2,0		
00-10	mm, Graduação do grafite n°2=B Composição Material cerâmico, grafite		
	e madeira reflorestada. Embalagem reciclável. Certificado pelo		
	INMETRO	0.00 1771	
	LIVRO DE ATA, 100 FLS, CAPA/CONTRA, CAPA PAPELÃO	267 UN	Ampla concorrência
0049	697G/M², REVESTIDO EM. off-set 120 g/m²,		
	folhas internas, papel off-set 56g/m².		
	LIVRO DE ATA, 200 FLS, CAPA/CONTRA, CAPA	94 UN	Ampla concorrência
0050	PAPELÃO 697G/M², REVESTIDO . em off-set 120 g/m², folhas		
	internas, papel off-set 56g/m <sup>2</sup> .		
	LIVRO DE ATA 50 FLS, CAPA/CONTRA, CAPA PAPELÃO	90 UN	Ampla concorrência
0051	697G/M², REVESTIDO EM OFF-SET.		r
0051	120g/m², folhas internas, papel off-set 56g/m²		
	LIVRO DE PROTOCOLO, 100 FOLHAS, CAPA/CONTRA CAPA	473 UN	Ampla concorrência
	PAPELÃO 697G/M <sup>2</sup>		
0052	REVESTIDO. em off-set 120 g/m², folhas internas, papel		
	off-set 56g/m <sup>2</sup>		
		100 777	
0053	MOLHADOR DE DEDO 12 GRAMAS	403 UN	Ampla concorrência
	PORTA CANETAS INJETADO EM POLIESTIRENO, 7 DIVISÕES	58 UN	Ampla concorrência
0054	COMO OPÇÕES DE USO, COM . design		
0051	inovador, medidas 135x120x90mm, cor cristal		
	PAPEL A4 RECICLADO VARIADAS, 75 GR G/M², PACOTE 500	2.063	Ampla concorrência
0055	FOLHAS, IDEAL PARA . impressora a	UN	
	laser e copiadoras. Tamanho 210x297 mm		
	DADEL ALCALINO DE ANCO 75 CE C/M2 DA COTE 500 FOLLIAC	2.344	A1
0056	PAPEL ALCALINO BRANCO,75 GR G/M², PACOTE 500 FOLHAS,		Ampla concorrência
0056	IDEAL PARA IMPRESSORA A . laser e	UN	
	copiadoras. Tamanho 297x420mm		
	PAPEL ALCALINO BRANCO, 75 GR G/M², PACOTE 500 FOLHAS,	10.313	Ampla concorrência
0057	IDEAL PARA IMPRESSORA . a laser e	UN	
	copiadoras. Tamanho 210x297mm		
	PAPEL ALCALINO BRANCO, 75 GR G/M2, PACOTE 500 FOLHAS,	2.344	Ampla concorrência
0058	IDEAL PARA IMPRESSORA. a laser e	UN	=
	copiadoras Off-2, tamanho 216x330mm		
	PAPEL ALCALINO CORES VARIADAS, 75 GR G/M², PACOTE 100	5.813	Ampla concorrência
0050	FOLHAS, IDEAL PARA . impressora a	UN	p.m concorrence
0059	laser e copiadoras. A-4, tamanho 210x297 mm		
	1		
	PASTA ABA ELÁSTICO EM POLIPROPILENO, TRANSPARENTE,	938 UN	Ampla concorrência
0060	POSSUI ABAS PARA FIXAR OS .		
5500	os documentos, peso 0,107kg, dimensões 335x240mm, espessura 0,6.		
		FOE LINE	A 1
	PASTA CATÁLOGO COM 100 ENVELOPES PLÁSTICOS NA COR	525 UN	Ampla
0061	PRETA, COM ENVELOPES DE espessura 0,06, 4 colchetes de metal		concorrência
	tamanho mínimo 245mmx335mmx20mm. Composição Pvc, Pe		
	PASTA CATÁLOGO COM 50 ENVELOPES PLÁSTICOS NA COR	703 UN	Ampla concorrência
	PRETA, COM ENVELOPES DE .	,03 011	1 mpia concorrencia
0062	espessura 0,06, 4 colchetes de metal tamanho mínimo		
	245mmx335mmx20mm. Composição Pvc, Pe	1.705	
	PASTA COM ABA ELÁSTICA EM CARTÃO DUPLEX(250G/M²),	1.725	Ampla concorrência
	PINTADA E PLASTIFICADA NA	UN	
0063			



#### Rua Tapajós, Melo, № 441, Montes Claros, Minas Gerais - CEP: 39.401-065 CNPJ: 21.505.692.0001-08

	COR . azul, reforçada com ilhós, dimensões 350x240mm, peso 0058kg, espessura 032.		
0064	PASTA SUSPENSA EM CARTÃO MARMORIZADO (420G/M²), ACOMPANHA. visor e etiqueta, grampo plástico e hastes plásticas removíveis Dimensões 361x240mm peso 0,116kg espessura 0,35	1.875 UN	Ampla concorrência
0065	PERFURADOR CAPACIDADE DE 100 FOLHAS, 2 FUROS, MATERIAL: FERRO FUNDIDO, ACOMPANHA. margeador plástico ajustável	94 UN	Ampla concorrência
0066	PERFURADOR CAPACIDADE DE 20 FOLHAS, 2 FUROS, MATERIAL: METAL, ACOMPANHA. margeador plástico ajustável	270 UN	Ampla concorrência
0067	PERFURADOR CAPACIDADE DE 30 FOLHAS, 2 FUROS, MATERIAL: METAL, ACOMPANHA . margeador plástico ajustável.	300 UN	Ampla concorrência
0068	PERFURADOR CAPACIDADE DE 60 FOLHAS, 2 FUROS, MATERIAL: METAL, ACOMPANHA . margeador plástico ajustável	159 UN	Ampla concorrência
0069	PINCEL ATÔMICO, PONTA DE FELTRO AZUL, TINTA À BASE DE ÁLCOOL, ESPESSURA . de escrita 20 mm. Recarregável com tinta TR, Ponta de feltro. Espessura de escrita 20 mm, 45 mm 80 mm Recarregável com tinta TR	722 UN	Ampla concorrência
0070	PINCEL ATÔMICO, PONTA DE FELTRO PRETO, TINTA À BASE DE ÁLCOOL, ESPESSURA. de escrita 20 mm. Recarregável com tinta TR, Ponta de feltro. Espessura de escrita 20 mm, 45 mm 80 mm, recarregável com tinta TR	722 UN	Ampla concorrência
0071	PINCEL ATÔMICO, PONTA DE FELTRO VERMELHO, TINTA À BASE DE ÁLCOOL, ESPESSURA. de escrita 20 mm. Recarregável com tinta TR, Ponta de feltro. Espessura de escrita 20 mm, 45 mm 80 mm, recarregável com tinta TR	630 UN	Ampla concorrência
0072	PINCEL PARA QUADRO BRANCO - COR AZUL, PONTA REDONDA DE POLIÉSTER 6,0 MM, LARGURA. da escrita 2,3 mm, tinta especial, recarregável com ponta e refil substituíveis, entregues em embalagens contendo 01 unidade, produto já vem com refil	1.644 UN	Ampla concorrência
0073	PINCEL PARA QUADRO BRANCO - COR PRETA, PONTA REDONDA DE POLIÉSTER, 6,0 MM, . largura da escrita 2,3 mm, tinta especial, recarregável com ponta e refil substituíveis, entregues em embalagens contendo 01 unidade, produto já vem com refil	1.644 UN	Ampla concorrência
0074	PINCEL PARA QUADRO BRANCO - COR VERMELHO, PONTA REDONDA DE POLIÉSTER 6,0 MM, . largura da escrita 2,3 mm, tinta especial, recarregável com ponta e refil substituíveis, entregues em embalagens contendo 01 unidade, produto já vem com refil	1.644 UN	Ampla concorrência
0075	PRANCHETA DE DURATEX TAMANHO OFÍCIO.	68 UN	Ampla concorrência
0076	PRANCHETA DE POLIESTIRENO TAMANHO OFICIO	752 UN	Ampla concorrência
0077	RÉGUA ESCOLAR DE PLÁSTICO RESISTENTE, TRANSPARENTE, MILIMETRADA COM 30 CM DE. de comprimento e 3 mm de espessura. Selo do Inmetro embalada individualmente, nome do fabricante gravado no corpo	10.107 UN	Ampla concorrência
0078	TESOURA GRANDE, 17 CM, LÂMINAS EM AÇO INOXIDÁVEL, CABO EM POLIPROPILENO	619 UN	Ampla concorrência
0079	TESOURA GRANDE, 21 CM, MEDINDO 20,9 CM, LÂMINAS EM AÇO INOXIDÁVEL, CABO EM . polipropileno, Produto de fabricação nacional	619 UN	Ampla concorrência
0080	TINTA PARA ALMOFADA DE CARIMBO, AZUL, 40 ML	369 UN	Ampla concorrência
0081	TINTA PARA ALMOFADA DE CARIMBO, PRETA, 40 ML	223 UN	Ampla concorrência

0082	TINTA PARA ALMOFADA DE CARIMBO, VERMELHA, 40 ML	147 UN	Ampla concorrência
0083	CAIXA ARQUIVO (BOX) GRANDE, MATERIAL PLÁSTICO POLI ONDAS, PARA ARQUIVAMENTO DE . DOCUMENTOS E PROCESSOS. MEDIDAS APROXIMADAS - COMPRIMENTO 42CM X 30CM X 18CM, CONFECCIONADA EM PLÁSTICO, CORES VARIADAS VERMELHO, AZUL, CINZA, ETC	7.080 UN	Ampla concorrência
0084	CAIXA ARQUIVO (BOX) MÉDIA, MATERIAL PLÁSTICO POLIONDAS, PARA ARQUIVAMENTO DE . DOCUMENTOS E PROCESSOS. MEDIDAS APROXIMADAS - COMPRIMENTO 35CM X 13CM X 25CM, CONFECCIONADA EM PLÁSTICO, CORES VARIADAS VERMELHO, AZUL, CINZA, ETC	7.080 UN	Ampla concorrência
0085	CAIXA BOX, ARQUIVO MORTO, PLÁSTICO AM POLIBRAS. CORES VARIADAS. DIMENSÕES. 250X130X350. PACOTE COM 10 UNID. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA, SAMPA, STAPLES, POLIBRAS	7.080 UN	Ampla concorrência
0086	HD EXTERNO CAPACIDADE 1 TB, INTERFACES USB 2.0, USB 3.0, TECNOLOGIA DE. ARMAZENAMENTO HDD, APLICAÇÕES NOTEBOOK, PC	150 UN	Ampla concorrência
0087	PEN DRIVE 32GB	75 UN	Ampla concorrência
0088	PEN DRIVE 64GB	75 UN	Ampla concorrência

1.2.2. A participação no LOTE 01-A corresponde a RESERVA DE COTAS **exclusiva a microempresas - ME e empresas de pequeno** porte - EPP, beneficiadas pelo art. 48, III da Lei Complementar nº 123, de 2006, com as alterações trazidas pela LC 147/2014; conforme Planilha disponível no Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico <a href="https://www.portaldecompraspublicas.com.br">www.portaldecompraspublicas.com.br</a>

#### **LOTE 01-A**

Lote	Código	Produto	Qtd.	Critério Participação
01-A		LOTE 01-A		
	0001a	ALMOFADA PARA CARIMBO N° 3, AZUL, TAMPA PLÁSTICA, MEDIDAS: 7X11CM	275 UN	Exclusivo
	0002a	ALMOFADA PARA CARIMBO N° 3, PRETA, TAMPA PLÁSTICA, MEDIDAS: 7X11CM	275 UN	Exclusivo
	0003a	ALMOFADA PARA CARIMBO N° 3, VERMELHA, TAMPA PLÁSTICA, MEDIDAS: 7X11CM	275 UN	Exclusivo
	0004a	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO, BASE DE PLÁSTICO AZUL, MEDIDAS MÍNIMAS 15,0 X 6,0 . cm, e refil substituível com sistema Flip Top para guardar os marcadores	193 UN	Exclusivo
	0005a	BORRACHA PARA LÁPIS NA COR BRANCA, MACIA, CAPACIDADE PARA APAGAR A ESCRITA SEM . manchar o papel. Pvc free n° 20. Composição Borracha natural e estireno butadieno - Certificado pelo INMETRO - segurança do artigo escolar - ABNT/NBR 152336/09	2.243 UN	Exclusivo
	0006a	CAIXA DE ARQUIVO PAPELÃO, NA COR PARDA, PAPELÃO OFÍCIO, MEDINDO 35X14X25 CM, COM. trava dupla interna e espaço para informações estampadas na sua parte externa	2.360 UN	Exclusivo
	0007a	CALCULADORA DE MESA 12 DÍGITOS, MEMÓRIA, INVERSÃO DE SINAIS, PORCENTAGEM, . Grand total, Mark up, Duplo zero, backspace, bateria e solar. Dimensões 13.5x10.4x2,5cm	100 UN	Exclusivo



## Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene

#### CNPJ: 21.505.692.0001-08

	CANETA ESFEROGRÁFICA, NA COR AZUL, CORPO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, FORMATO DO . corpo	6.812 UN	Exclusivo
0008a	sextavado, modelo simples descartável, corpo translúcido com furo para respiro no centro, ponta em		
0008a	latão, com esfera de tungstênio, espessura de 1,0 mm, média de		
	rendimento mínimo de escrita 1700 metros, com tampa protetora na cor		
	da tinta removível e ventilada, tampa do topo fixa.		
	CANETA ESFEROGRÁFICA, NA COR PRETA, CORPO EM	5.250	Exclusivo
	RESINA TERMOPLÁSTICA, FORMATO	UN	
0000	DO . corpo sextavado, modelo simples		
0009a	descartável, corpo translúcido com furo para respiro no centro, ponta em		
	latão, com esfera de tungstênio, espessura de 1,0 mm, média de rendimento mínimo de escrita 1700 metros, com tampa protetora na cor		
	da tinta removível e ventilada, tampa do topo fixa		
	CANETA ESFEROGRÁFICA, NA COR VERMELHA, CORPO EM	5.250	Exclusivo
	RESINA TERMOPLÁSTICA, FORMATO DO. CORPO	UN	Exercisivo
	SEXTAVADO, MODELO SIMPLES DESCARTÁVEL, CORPO		
0010a	TRANSLÚCIDO COM FURO PARA RESPIRO NO CENTRO,		
0010a	PONTA EM LATÃO, COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO,		
	ESPESSURA DE 1,0 MM, MÉDIA DE RENDIMENTO MÍNIMO DE		
	ESCRITA: 1.700 METROS, COM TAMPA PROTETORA NA COR		
	DA TINTA REMOVÍVEL E VENTILADA, TAMPA DO TOPO FIXA	100 171	T 1
	CANETA MARCA CD/DVD - AZUL/PRETA, PONTA DE 20, RESINA TERMOPLÁSTICA, TINTA À . base de	100 UN	Exclusivo
0011a	álcool, corantes aditivos e ponta de poliéste		
	aicooi, corantes autitvos e ponta de poneste		
	CANETA MARCA TEXTO, COR AMARELA. RESINA	574 UN	Exclusivo
0012a	TERMOPLÁSTICAS, TINTA À BASE DE ÁGUA, .		
	corante, aditivos e ponta de poliéster.	5 60 LDI	P 1 :
	CLIPS 2/0 GALVANIZADO COM 415 UNIDADES, COR PRATA,	562 UN	Exclusivo
0013a	RESISTENTE À OXIDAÇÃO Flexível e resistente (não quebra fácil). Alta		
	durabilidade, embalado em saco plástico inviolável		
	CLIPS 3/0 GALVANIZADO COM 415 UNIDADES, COR PRATA,	562 UN	Exclusivo
0011	RESISTENTE À OXIDAÇÃO Flexível e resistente (não quebra fácil).	002 011	Energia Style
0014a	Alta durabilidade, embalado em saco plástico invioláve		
	COLA BRANCA LIQUIDA, 1000GR, DE USO ESCOLAR, NÃO	687 UN	Exclusivo
0015a	TÓXICA E 100%. LAVÁVEL. NÃO .		
00104	tem solventes nem PVC, é multiuso, Cola papel, papelão, fotos e algodão. Com certificação do INMETRO		
	COLA BRANCA - LIQUIDA 110GR, DE USO ESCOLAR, NÃO	2.913	Exclusivo
		TINT	
0016a	TÓXICA E 100% LAVÁVEL. NÃO	UN	
0016a	TÓXICA E 100% LAVÁVEL. NÃO TEM . solventes nem PVC, é multiuso, Cola	UN	
0016a	TÓXICA E 100% LAVÁVEL. NÃO TEM . solventes nem PVC, é multiuso, Cola papel, papelão, fotos e algodão. Com certificação do INMETRO		
0016a	TÓXICA E 100% LAVÁVEL. NÃO TEM . solventes nem PVC, é multiuso, Cola papel, papelão, fotos e algodão. Com certificação do INMETRO COLA EM BASTÃO 10 GR, COLA BRANCA DE USO ESCOLAR,	UN 597 UN	Exclusivo
	TÓXICA E 100% LAVÁVEL. NÃO TEM . solventes nem PVC, é multiuso, Cola papel, papelão, fotos e algodão. Com certificação do INMETRO  COLA EM BASTÃO 10 GR, COLA BRANCA DE USO ESCOLAR, SECAGEM RÁPIDA, NÃO TÓXICA, A .		Exclusivo
0016a 0017a	TÓXICA E 100% LAVÁVEL. NÃO TEM . solventes nem PVC, é multiuso, Cola papel, papelão, fotos e algodão. Com certificação do INMETRO  COLA EM BASTÃO 10 GR, COLA BRANCA DE USO ESCOLAR, SECAGEM RÁPIDA, NÃO TÓXICA, A . base de água e 100% lavável. Composição resina sintética, água,		Exclusivo
	TÓXICA E 100% LAVÁVEL. NÃO TEM . solventes nem PVC, é multiuso, Cola papel, papelão, fotos e algodão. Com certificação do INMETRO  COLA EM BASTÃO 10 GR, COLA BRANCA DE USO ESCOLAR, SECAGEM RÁPIDA, NÃO TÓXICA, A . base de água e 100% lavável. Composição resina sintética, água, umectante e preservantes. Cola papel, papelão, fotos e algodão. Contenha		Exclusivo
0017a	TÓXICA E 100% LAVÁVEL. NÃO TEM . solventes nem PVC, é multiuso, Cola papel, papelão, fotos e algodão. Com certificação do INMETRO  COLA EM BASTÃO 10 GR, COLA BRANCA DE USO ESCOLAR, SECAGEM RÁPIDA, NÃO TÓXICA, A. base de água e 100% lavável. Composição resina sintética, água, umectante e preservantes. Cola papel, papelão, fotos e algodão. Contenha certificação do INMETRO.	597 UN	
	TÓXICA E 100% LAVÁVEL. NÃO TEM . solventes nem PVC, é multiuso, Cola papel, papelão, fotos e algodão. Com certificação do INMETRO  COLA EM BASTÃO 10 GR, COLA BRANCA DE USO ESCOLAR, SECAGEM RÁPIDA, NÃO TÓXICA, A . base de água e 100% lavável. Composição resina sintética, água, umectante e preservantes. Cola papel, papelão, fotos e algodão. Contenha		Exclusivo  Exclusivo
0017a 0018a	TÓXICA E 100% LAVÁVEL. NÃO TEM . solventes nem PVC, é multiuso, Cola papel, papelão, fotos e algodão. Com certificação do INMETRO  COLA EM BASTÃO 10 GR, COLA BRANCA DE USO ESCOLAR, SECAGEM RÁPIDA, NÃO TÓXICA, A . base de água e 100% lavável. Composição resina sintética, água, umectante e preservantes. Cola papel, papelão, fotos e algodão. Contenha certificação do INMETRO.  CORRETIVO LÍQUIDO 18 ML, ATÓXICO A BASE DE ÁGUA	597 UN 221 UN	Exclusivo
0017a	TÓXICA E 100% LAVÁVEL. NÃO TEM . solventes nem PVC, é multiuso, Cola papel, papelão, fotos e algodão. Com certificação do INMETRO  COLA EM BASTÃO 10 GR, COLA BRANCA DE USO ESCOLAR, SECAGEM RÁPIDA, NÃO TÓXICA, A. base de água e 100% lavável. Composição resina sintética, água, umectante e preservantes. Cola papel, papelão, fotos e algodão. Contenha certificação do INMETRO.	597 UN	
0017a 0018a 0019a	TÓXICA E 100% LAVÁVEL. NÃO TEM . solventes nem PVC, é multiuso, Cola papel, papelão, fotos e algodão. Com certificação do INMETRO  COLA EM BASTÃO 10 GR, COLA BRANCA DE USO ESCOLAR, SECAGEM RÁPIDA, NÃO TÓXICA, A . base de água e 100% lavável. Composição resina sintética, água, umectante e preservantes. Cola papel, papelão, fotos e algodão. Contenha certificação do INMETRO.  CORRETIVO LÍQUIDO 18 ML, ATÓXICO A BASE DE ÁGUA  CORRETIVO LÍQUIDO TIPO CANETA, 8 ML, ATÓXICO	597 UN  221 UN  36 UN	Exclusivo  Exclusivo
0017a 0018a	TÓXICA E 100% LAVÁVEL. NÃO TEM . solventes nem PVC, é multiuso, Cola papel, papelão, fotos e algodão. Com certificação do INMETRO  COLA EM BASTÃO 10 GR, COLA BRANCA DE USO ESCOLAR, SECAGEM RÁPIDA, NÃO TÓXICA, A . base de água e 100% lavável. Composição resina sintética, água, umectante e preservantes. Cola papel, papelão, fotos e algodão. Contenha certificação do INMETRO.  CORRETIVO LÍQUIDO 18 ML, ATÓXICO A BASE DE ÁGUA  CORRETIVO LÍQUIDO TIPO CANETA, 8 ML, ATÓXICO  ENVELOPE BRANCO, CARTA, FORMATO 114MMX162MM 90	597 UN 221 UN	Exclusivo
0017a 0018a 0019a 0020a	TÓXICA E 100% LAVÁVEL. NÃO TEM . solventes nem PVC, é multiuso, Cola papel, papelão, fotos e algodão. Com certificação do INMETRO  COLA EM BASTÃO 10 GR, COLA BRANCA DE USO ESCOLAR, SECAGEM RÁPIDA, NÃO TÓXICA, A . base de água e 100% lavável. Composição resina sintética, água, umectante e preservantes. Cola papel, papelão, fotos e algodão. Contenha certificação do INMETRO.  CORRETIVO LÍQUIDO 18 ML, ATÓXICO A BASE DE ÁGUA  CORRETIVO LÍQUIDO TIPO CANETA, 8 ML, ATÓXICO  ENVELOPE BRANCO, CARTA, FORMATO 114MMX162MM 90 GRS. C/1000 UND	597 UN  221 UN  36 UN  12 UN	Exclusivo Exclusivo Exclusivo
0017a 0018a 0019a	TÓXICA E 100% LAVÁVEL. NÃO TEM . solventes nem PVC, é multiuso, Cola papel, papelão, fotos e algodão. Com certificação do INMETRO  COLA EM BASTÃO 10 GR, COLA BRANCA DE USO ESCOLAR, SECAGEM RÁPIDA, NÃO TÓXICA, A . base de água e 100% lavável. Composição resina sintética, água, umectante e preservantes. Cola papel, papelão, fotos e algodão. Contenha certificação do INMETRO.  CORRETIVO LÍQUIDO 18 ML, ATÓXICO A BASE DE ÁGUA  CORRETIVO LÍQUIDO TIPO CANETA, 8 ML, ATÓXICO  ENVELOPE BRANCO, CARTA, FORMATO 114MMX162MM 90	597 UN  221 UN  36 UN	Exclusivo  Exclusivo
0017a 0018a 0019a 0020a 0021a	TÓXICA E 100% LAVÁVEL. NÃO TEM . solventes nem PVC, é multiuso, Cola papel, papelão, fotos e algodão. Com certificação do INMETRO  COLA EM BASTÃO 10 GR, COLA BRANCA DE USO ESCOLAR, SECAGEM RÁPIDA, NÃO TÓXICA, A . base de água e 100% lavável. Composição resina sintética, água, umectante e preservantes. Cola papel, papelão, fotos e algodão. Contenha certificação do INMETRO.  CORRETIVO LÍQUIDO 18 ML, ATÓXICO A BASE DE ÁGUA  CORRETIVO LÍQUIDO TIPO CANETA, 8 ML, ATÓXICO  ENVELOPE BRANCO, CARTA, FORMATO 114MMX162MM 90 GRS. C/1000 UND  ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL, FORMATO: 175MMX250MM - 80 G COM 250 UND	597 UN  221 UN  36 UN  12 UN	Exclusivo Exclusivo Exclusivo
0017a 0018a 0019a 0020a	TÓXICA E 100% LAVÁVEL. NÃO TEM . solventes nem PVC, é multiuso, Cola papel, papelão, fotos e algodão. Com certificação do INMETRO  COLA EM BASTÃO 10 GR, COLA BRANCA DE USO ESCOLAR, SECAGEM RÁPIDA, NÃO TÓXICA, A . base de água e 100% lavável. Composição resina sintética, água, umectante e preservantes. Cola papel, papelão, fotos e algodão. Contenha certificação do INMETRO.  CORRETIVO LÍQUIDO 18 ML, ATÓXICO A BASE DE ÁGUA  CORRETIVO LÍQUIDO TIPO CANETA, 8 ML, ATÓXICO  ENVELOPE BRANCO, CARTA, FORMATO 114MMX162MM 90 GRS. C/1000 UND  ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL, FORMATO:	597 UN  221 UN  36 UN  12 UN  31 UN	Exclusivo  Exclusivo  Exclusivo
0017a 0018a 0019a 0020a 0021a 0022a	TÓXICA E 100% LAVÁVEL. NÃO TEM . solventes nem PVC, é multiuso, Cola papel, papelão, fotos e algodão. Com certificação do INMETRO  COLA EM BASTÃO 10 GR, COLA BRANCA DE USO ESCOLAR, SECAGEM RÁPIDA, NÃO TÓXICA, A . base de água e 100% lavável. Composição resina sintética, água, umectante e preservantes. Cola papel, papelão, fotos e algodão. Contenha certificação do INMETRO.  CORRETIVO LÍQUIDO 18 ML, ATÓXICO A BASE DE ÁGUA  CORRETIVO LÍQUIDO TIPO CANETA, 8 ML, ATÓXICO  ENVELOPE BRANCO, CARTA, FORMATO 114MMX162MM 90 GRS. C/1000 UND  ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL, FORMATO: 175MMX250MM - 80 G COM 250 UND  ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL, FORMATO:	597 UN  221 UN  36 UN  12 UN  31 UN	Exclusivo  Exclusivo  Exclusivo
0017a 0018a 0019a 0020a 0021a	TÓXICA E 100% LAVÁVEL. NÃO TEM . solventes nem PVC, é multiuso, Cola papel, papelão, fotos e algodão. Com certificação do INMETRO  COLA EM BASTÃO 10 GR, COLA BRANCA DE USO ESCOLAR, SECAGEM RÁPIDA, NÃO TÓXICA, A . base de água e 100% lavável. Composição resina sintética, água, umectante e preservantes. Cola papel, papelão, fotos e algodão. Contenha certificação do INMETRO.  CORRETIVO LÍQUIDO 18 ML, ATÓXICO A BASE DE ÁGUA  CORRETIVO LÍQUIDO TIPO CANETA, 8 ML, ATÓXICO  ENVELOPE BRANCO, CARTA, FORMATO 114MMX162MM 90 GRS. C/1000 UND  ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL, FORMATO: 175MMX250MM - 80 G COM 250 UND  ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL, FORMATO: 229MMX324MM - 80 G COM 250 UND	597 UN  221 UN  36 UN  12 UN  31 UN	Exclusivo Exclusivo Exclusivo Exclusivo
0017a 0018a 0019a 0020a 0021a 0022a 0023a	TÓXICA E 100% LAVÁVEL. NÃO TEM . solventes nem PVC, é multiuso, Cola papel, papelão, fotos e algodão. Com certificação do INMETRO  COLA EM BASTÃO 10 GR, COLA BRANCA DE USO ESCOLAR, SECAGEM RÁPIDA, NÃO TÓXICA, A . base de água e 100% lavável. Composição resina sintética, água, umectante e preservantes. Cola papel, papelão, fotos e algodão. Contenha certificação do INMETRO.  CORRETIVO LÍQUIDO 18 ML, ATÓXICO A BASE DE ÁGUA  CORRETIVO LÍQUIDO TIPO CANETA, 8 ML, ATÓXICO  ENVELOPE BRANCO, CARTA, FORMATO 114MMX162MM 90 GRS. C/1000 UND  ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL, FORMATO: 175MMX250MM - 80 G COM 250 UND  ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL, FORMATO: 229MMX324MM - 80 G COM 250 UND  ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL, FORMATO:	597 UN  221 UN  36 UN  12 UN  31 UN	Exclusivo Exclusivo Exclusivo Exclusivo
0017a 0018a 0019a 0020a 0021a 0022a	TÓXICA E 100% LAVÁVEL. NÃO TEM . solventes nem PVC, é multiuso, Cola papel, papelão, fotos e algodão. Com certificação do INMETRO  COLA EM BASTÃO 10 GR, COLA BRANCA DE USO ESCOLAR, SECAGEM RÁPIDA, NÃO TÓXICA, A . base de água e 100% lavável. Composição resina sintética, água, umectante e preservantes. Cola papel, papelão, fotos e algodão. Contenha certificação do INMETRO.  CORRETIVO LÍQUIDO 18 ML, ATÓXICO A BASE DE ÁGUA  CORRETIVO LÍQUIDO TIPO CANETA, 8 ML, ATÓXICO  ENVELOPE BRANCO, CARTA, FORMATO 114MMX162MM 90 GRS. C/1000 UND  ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL, FORMATO: 175MMX250MM - 80 G COM 250 UND  ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL, FORMATO: 229MMX324MM - 80 G COM 250 UND  ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL, FORMATO: 240MMX340MM - 80 G COM 250 UND	597 UN  221 UN  36 UN  12 UN  31 UN  31 UN	Exclusivo Exclusivo Exclusivo Exclusivo Exclusivo Exclusivo
0017a 0018a 0019a 0020a 0021a 0022a 0023a	TÓXICA E 100% LAVÁVEL. NÃO TEM . solventes nem PVC, é multiuso, Cola papel, papelão, fotos e algodão. Com certificação do INMETRO  COLA EM BASTÃO 10 GR, COLA BRANCA DE USO ESCOLAR, SECAGEM RÁPIDA, NÃO TÓXICA, A . base de água e 100% lavável. Composição resina sintética, água, umectante e preservantes. Cola papel, papelão, fotos e algodão. Contenha certificação do INMETRO.  CORRETIVO LÍQUIDO 18 ML, ATÓXICO A BASE DE ÁGUA  CORRETIVO LÍQUIDO TIPO CANETA, 8 ML, ATÓXICO  ENVELOPE BRANCO, CARTA, FORMATO 114MMX162MM 90 GRS. C/1000 UND  ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL, FORMATO: 175MMX250MM - 80 G COM 250 UND  ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL, FORMATO: 229MMX324MM - 80 G COM 250 UND  ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL, FORMATO: 240MMX340MM - 80 G COM 250 UND  ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL, FORMATO:	597 UN  221 UN  36 UN  12 UN  31 UN  31 UN	Exclusivo Exclusivo Exclusivo Exclusivo Exclusivo Exclusivo



#### Rua Tapajós, Melo, № 441, Montes Claros, Minas Gerais - CEP: 39.401-065 CNPJ: 21.505.692.0001-08

0026a	ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL, FORMATO:	31 UN	Exclusivo
0027a	310MMX410MM - 80 G COM 250 UND ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL, FORMATO: 370MMX450MM - 80 G COM 250 UND	31 UN	Exclusivo
0028a	ESTILETE ESTREITO, CORPO PLÁSTICO 18 MM, LARGO	125 UN	Exclusivo
0029a	ESTILETE ESTREITO, CORPO PLÁSTICO 9 MM, ESTREITO	98 UN	Exclusivo
0030a	EXTRATOR DE GRAMPO TIPO ESPÁTULA, CONFECCIONADO EM AÇO, TIPO ALAVANCA	125 UN	Exclusivo
0031a	FITA ADESIVA 12 X 33, TRANSPARENTE, RESISTÊNCIA À TRAÇÃO: 92 KG/CM². ALONGAMENTO. de ruptura 110% a 150%. Resistência ao calor -40 a 90 °C. Quantidade de adesivo 20g/m².	281 UN	Exclusivo
0032a	FITA ADESIVA 12X65, TRANSPARENTE RESISTÊNCIA À TRAÇÃO: 92 KG/CM². ALONGAMENTO DE. ruptura 110% a 150%. Resistência ao calor -40 a 90 °C. Quantidade de adesivo 20g/m²	281 UN	Exclusivo
0033a	FITA ADESIVA 19 X 50, TRANSPARENTES, RESISTÊNCIA À TRAÇÃO 92 KG/CM <sup>2</sup> Alongamento de ruptura 110% a 150%. Resistência ao calor -40 a 90 °C. Quantidade de adesivo 20g/m <sup>2</sup>	750 UN	Exclusivo
0034a	FITA ADESIVA 45 X 45, TRANSPARENTES RESISTÊNCIA À TRAÇÃO: 92 KG/CM² Alongamento de ruptura 110% a 150%. Resistência ao calor -40 a 90 °C. Quantidade de adesivo 20g/m²	550 UN	Exclusivo
0035a	FITA CREPE 18 X 50, ESPESSURA TOTAL: APROXIMADAMENTE 12 MICRAS. ALONGAMENTO. de ruptura 7% a 15%. Diâmetro do tubete 3 polegadas. Resistência à tração 34 kg/cm² Resistência ao calor -40 a 90 °C. Quantidade de adesivo 20g/m²	450 UN	Exclusivo
0036a	FITA CREPE 24 X 50, ESPESSURA TOTAL: APROXIMADAMENTE 12 MICRAS. 2 ALONGAMENTO DE. ruptura 7% a 15%. Diâmetro do tubete 3 polegadas. Resistência à tração 34 kg/cm² Resistência ao calor - 40 a 90 °C. Quantidade de adesivo 20g/m²	450 UN	Exclusivo
0037a	FITA CREPE 48M X 50M, ESPESSURA TOTAL: APROXIMADAMENTE 12 MICRAS. 2 ALONGAMENTO. de ruptura 7% a 15%. Diâmetro do tubete 3 polegadas. Resistência à tração 34 kg/cm² Resistência ao calor -40 a 90 °C. Quantidade de adesivo 20g/m²	360 UN	Exclusivo
0038a	GRAMPEADOR COM CORPO EM AÇO ESCOVADO, DEPÓSITO COM FACE DE SEGURANÇA E APOIO	75 UN	Exclusivo
	Emborrachado, com capacidade de grampear 40 folhas uma única vez, com botão ejetor na parte traseira para abrir o local indicado para os grampos. Utiliza grampo 23/6 26/6 23/8 e 24/8		
0039a	GRAMPEADOR DE MESA EM METAL PARA GRAMPEAR ATÉ 20 FOLHAS, CAPACIDADE DE 105. grampos. Grampo utilizado 26/6, tamanho da base 11cm, cor preto, base emborrachada, estrutura em metal	337 UN	Exclusivo
0040a	GRAMPEADOR DE MESA EM METAL PARA GRAMPEAR ATÉ 30 FOLHAS, CAPACIDADE DE 105. grampos. Grampo utilizado 26/6, tamanho da base 18cm, cor preto, base emborrachada, estrutura em metal	240 UN	Exclusivo
0041a	GRAMPEADOR PROFISSIONAL METÁLICO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM BASE EMBORRACHADA E . com sistema simples de recarga medindo aproximadamente 28cm, capacidade para grampear 100 folhas de 75grs, em uma única vez. Utiliza grampos 24/8 24/10 23/8 9/8 23/10 9/10 23/13 9/13 e 9/14	120 UN	Exclusivo
0042a	GRAMPEADOR PROFISSIONAL METÁLICO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM BASE EMBORRACHADA E . com sistema simples de recarga. Medindo aproximadamente 28cm, capacidade para grampear 240 folhas de 75grs em uma única vez	50 UN	Exclusivo



# Rua Tapajós, Melo, № 441, Montes Claros, Minas Gerais - CEP: 39.401-065

CARDIN	DA FOE	0000	0001-08
CIMEL	/ 1 DUD	カフィル	N 20 11 - URS

0043a	GRAMPEADOR TIPO ALICATE, GRAMPEIA 25 FOLHAS COM TRILHO CROMADO. COMPOSIÇÃO: AÇO . e pintura eletrostática	75 UN	Exclusivo
0044a	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6, CAIXA COM 5000 GRAMPOS COBREADOS	187 UN	Exclusivo
0045a	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6, CAIXA COM 5000 GRAMPOS GALVANIZADOS	312 UN	Exclusivo
0046a	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 9/14, CAIXA COM 5000 GRAMPOS	73 UN	Exclusivo
0047a	GRAMPO TRILHO, 80 MM, PLÁSTICO ESTENDIDO, COM 200	168 UN	Exclusivo
0048a	LÁPIS PARA ESCRITA PRETO, NÚMERO 2, FORMATO CILÍNDRICO, PRODUZIDO COM MADEIRA. 100% reflorestável. Medida aproximada do lápis comprimento 175 mm, entre faces 6,9 a 7,2mm, diâmetro do grafite 2,0 mm, Graduação do grafite n°2=B Composição Material cerâmico, grafite e madeira reflorestada. Embalagem reciclável. Certificado pelo INMETRO	5.618 UN	Exclusivo
0049a	LIVRO DE ATA, 100 FLS, CAPA/CONTRA, CAPA PAPELÃO 697G/M², REVESTIDO EM. off-set 120 g/m², folhas internas, papel off-set 56g/m².	88 UN	Exclusivo
0050a	LIVRO DE ATA, 200 FLS, CAPA/CONTRA, CAPA PAPELÃO 697G/M², REVESTIDO . em off-set 120 g/m², folhas internas, papel off-set 56g/m².	31 UN	Exclusivo
0051a	LIVRO DE ATA 50 FLS, CAPA/CONTRA, CAPA PAPELÃO 697G/M², REVESTIDO EM OFF-SET . 120g/m², folhas internas, papel off-set 56g/m²	30 UN	Exclusivo
0052a	LIVRO DE PROTOCOLO, 100 FOLHAS, CAPA/CONTRA CAPA PAPELÃO 697G/M <sup>2</sup> REVESTIDO. em off-set 120 g/m <sup>2</sup> , folhas internas, papel off-set 56g/m <sup>2</sup>	157 UN	Exclusivo
0053a	MOLHADOR DE DEDO 12 GRAMAS	134 UN	Exclusivo
0054a	PORTA CANETAS INJETADO EM POLIESTIRENO, 7 DIVISÕES COMO OPÇÕES DE USO, COM . design inovador, medidas 135x120x90mm, cor cristal	19 UN	Exclusivo
0055a	PAPEL A4 RECICLADO VARIADAS, 75 GR G/M², PACOTE 500 FOLHAS, IDEAL PARA . impressora a laser e copiadoras. Tamanho 210x297 mm	687 UN	Exclusivo
0056a	PAPEL ALCALINO BRANCO,75 GR G/M², PACOTE 500 FOLHAS, IDEAL PARA IMPRESSORA A . laser e copiadoras. Tamanho 297x420mm	781 UN	Exclusivo
0057a	PAPEL ALCALINO BRANCO, 75 GR G/M², PACOTE 500 FOLHAS, IDEAL PARA IMPRESSORA . a laser e copiadoras. Tamanho 210x297mm	3.437 UN	Exclusivo
0058a	PAPEL ALCALINO BRANCO, 75 GR G/M², PACOTE 500 FOLHAS, IDEAL PARA IMPRESSORA. a laser e copiadoras Off-2, tamanho 216x330mm	781 UN	Exclusivo
0059a	PAPEL ALCALINO CORES VARIADAS, 75 GR G/M², PACOTE 100 FOLHAS, IDEAL PARA . impressora a laser e copiadoras. A-4, tamanho 210x297 mm	1.937 UN	Exclusivo
0060a	PASTA ABA ELÁSTICO EM POLIPROPILENO, TRANSPARENTE, POSSUI ABAS PARA FIXAR OS. os documentos, peso 0,107kg, dimensões 335x240mm, espessura 0,6.	312 UN	Exclusivo
0061a	PASTA CATÁLOGO COM 100 ENVELOPES PLÁSTICOS NA COR PRETA, COM ENVELOPES DE espessura 0,06, 4 colchetes de metal, tamanho mínimo 245mmx335mmx20mm. Composição Pvc, Pe	175 UN	Exclusivo
0062a	PASTA CATÁLOGO COM 50 ENVELOPES PLÁSTICOS NA COR PRETA, COM ENVELOPES DE . espessura 0,06, 4 colchetes de metal tamanho mínimo 245mmx335mmx20mm. Composição Pvc, Pe	234 UN	Exclusivo
	PASTA COM ABA ELÁSTICA EM CARTÃO DUPLEX(250G/M²), PINTADA E PLASTIFICADA NA	575 UN	Exclusivo



#### Rua Tapajós, Melo, Nº 441, Montes Claros, Minas Gerais - CEP: 39.401-065 CNPJ: 21.505.692.0001-08

	COR . azul, reforçada com ilhós, dimensões 350x240mm, peso 0058kg,		
	espessura 032.		
	PASTA SUSPENSA EM CARTÃO MARMORIZADO	625 UN	Exclusivo
0064a	(420G/M²), ACOMPANHA. visor e etiqueta, grampo plástico e hastes plásticas removíveis		
	Dimensões 361x240mm peso 0,116kg espessura 0,35		
	PERFURADOR CAPACIDADE DE 100 FOLHAS, 2 FUROS,	31 UN	Exclusivo
0065a	MATERIAL: FERRO FUNDIDO,	31 611	Exclusivo
	ACOMPANHA. margeador plástico ajustável		
	PERFURADOR CAPACIDADE DE 20 FOLHAS, 2 FUROS,	90 UN	Exclusivo
0066a	MATERIAL: METAL, ACOMPANHA.		
	margeador plástico ajustável	100 IIN	F 1 '
0067a	PERFURADOR CAPACIDADE DE 30 FOLHAS, 2 FUROS, MATERIAL: METAL, ACOMPANHA .	100 UN	Exclusivo
0007a	margeador plástico ajustável.		
	PERFURADOR CAPACIDADE DE 60 FOLHAS, 2 FUROS,	53 UN	Exclusivo
0068a	MATERIAL: METAL, ACOMPANHA.		
	margeador plástico ajustável		
	PINCEL ATÔMICO, PONTA DE FELTRO AZUL, TINTA À BASE	240 UN	Exclusivo
0069a	DE ÁLCOOL, ESPESSURA . de escrita 20 mm. Recarregável com tinta TR,		
ooosa	Ponta de feltro. Espessura de escrita 20 mm, 45 mm 80 mm Recarregável		
	com tinta TR		
	PINCEL ATÔMICO, PONTA DE FELTRO PRETO, TINTA À BASE	240 UN	Exclusivo
	DE ÁLCOOL, ESPESSURA . de escrita		
0070a	20 mm. Recarregável com tinta TR,		
	Ponta de feltro. Espessura de escrita 20 mm, 45 mm 80 mm, recarregável com tinta TR		
	PINCEL ATÔMICO, PONTA DE FELTRO VERMELHO, TINTA À	210 UN	Exclusivo
	BASE DE ÁLCOOL, ESPESSURA. de escrita	210 011	Exclusivo
0071a	20 mm. Recarregável com tinta		
	TR, Ponta de feltro. Espessura de escrita 20 mm, 45 mm 80 mm,		
	recarregável com tinta TR	540 IDI	F 1 '
	PINCEL PARA QUADRO BRANCO - COR AZUL, PONTA REDONDA DE POLIÉSTER 6,0 MM,	548 UN	Exclusivo
0072a	LARGURA. da escrita 2,3 mm, tinta especial, recarregável com ponta e		
00724	refil substituíveis, entregues em embalagens contendo 01 unidade,		
	produto já vem com refil		
	PINCEL PARA QUADRO BRANCO - COR PRETA, PONTA	548 UN	Exclusivo
	REDONDA DE POLIÉSTER, 6,0 MM, . largura		
0073a	da escrita 2,3 mm, tinta especial, recarregável com ponta e refil substituíveis, entregues em embalagens		
	contendo 01 unidade, produto já vem com refil		
	PINCEL PARA QUADRO BRANCO - COR VERMELHO, PONTA	548 UN	Exclusivo
	REDONDA DE POLIÉSTER 6,0	340 011	Exclusivo
0074a	MM, . largura da escrita 2,3 mm, tinta especial, recarregável com ponta e		
	refil substituíveis, entregues em embalagens contendo 01 unidade,		
	produto já vem com refil		
0075a	PRANCHETA DE DURATEX TAMANHO OFÍCIO.	22 UN	Exclusivo
0076a	PRANCHETA DE POLIESTIRENO TAMANHO OFICIO	250 UN	Exclusivo
·	RÉGUA ESCOLAR DE PLÁSTICO RESISTENTE,	3.368	Exclusivo
0077a	TRANSPARENTE, MILIMETRADA COM 30 CM DE. de comprimento e 3 mm de espessura.	UN	
0077a	Selo do Inmetro embalada individualmente, nome do fabricante gravado		
	no corpo		
0070	TESOURA GRANDE, 17 CM, LÂMINAS EM AÇO INOXIDÁVEL,	206 UN	Exclusivo
	CABO EM POLIPROPILENO		
0078a	TESOURA GRANDE, 21 CM, MEDINDO 20,9 CM, LÂMINAS EM	206 UN	Exclusivo
0078a 0079a	AÇO INOXIDÁVEL, CABO EM .		
0079a	AÇO INOXIDÁVEL, CABO EM . polipropileno, Produto de fabricação nacional	123 IIN	Fycheivo
	AÇO INOXIDÁVEL, CABO EM . polipropileno, Produto de fabricação nacional TINTA PARA ALMOFADA DE CARIMBO, AZUL, 40 ML	123 UN	Exclusivo
0079a	AÇO INOXIDÁVEL, CABO EM . polipropileno, Produto de fabricação nacional	123 UN 74 UN	Exclusivo Exclusivo

	CAIXA ARQUIVO (BOX) GRANDE, MATERIAL PLÁSTICO POLI	2.360	Exclusivo
	ONDAS, PARA ARQUIVAMENTO DE	UN	
0083a	. DOCUMENTOS E PROCESSOS. MEDIDAS APROXIMADAS -		
	COMPRIMENTO 42CM X 30CM X 18CM, CONFECCIONADA EM		
	PLÁSTICO, CORES VARIADAS VERMELHO, AZUL, CINZA, ETC		
	CAIXA ARQUIVO (BOX) MÉDIA, MATERIAL PLÁSTICO	2.360	Exclusivo
	POLIONDAS, PARA ARQUIVAMENTO DE . DOCUMENTOS E	UN	
0084a	PROCESSOS. MEDIDAS APROXIMADAS - COMPRIMENTO 35CM		
	X 13CM X 25CM, CONFECCIONADA EM PLÁSTICO, CORES		
	VARIADAS VERMELHO, AZUL, CINZA, ETC		
	CAIXA BOX, ARQUIVO MORTO, PLÁSTICO AM POLIBRAS.	2.360	Exclusivo
0085a	CORES VARIADAS. DIMENSÕES. 250X130X350. PACOTE COM 10	UN	
00034	UNID. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A		
	MARCA, SAMPA, STAPLES, POLIBRAS		
	HD EXTERNO CAPACIDADE 1 TB, INTERFACES USB 2.0, USB	50 UN	Exclusivo
0086a	3.0, TECNOLOGIA DE. ARMAZENAMENTO HDD, APLICAÇÕES		
	NOTEBOOK, PC		
0087a	PEN DRIVE 32GB	25 UN	Exclusivo
0088a	PEN DRIVE 64GB	25 UN	Exclusivo

# 2- DA JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO E APLICAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1 A aquisição de materiais de expediente tem como objetivo atender as demandas dos municípios consorciados ao CIMAMS, a serem entregues parceladamente e conforme necessidade.
- 2.2 O objeto deste termo atenderá ainda as demandas dos serviços do CIMAMS, visando manter também suas atividades administrativas.
- 2.3 A presente solicitação se dá pela necessidade de aquisição de material de expediente diversos e escritório necessários para reposição do estoque dos Almoxarifados com a finalidade de atender as demandas dos municípios consorciados ao CIMAMS, visando manter o pleno funcionamento das atividades, no suporte das tarefas e ações operacionais, uma vez que aumentam a produtividade dos servidores e, consequentemente, melhora a entrega dos serviços solicitados. Atendendo, dessa forma, o princípio da eficiência, da legalidade como também da finalidade Pública.

#### 2.3 – Da Aplicação do Sistema de Registro de Preços:

2.3.1 O futuro Registro de Preços enquadra-se nas hipóteses de conveniência de aquisição de materiais e/ou produtos com previsão de entrega parcelada, bem como pelo fato de não ser possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pelos Municípios integrantes ao CIMAMS, conforme disposto no art. 3°, incisos II, III e IV do Decreto 7.892/2013.

#### 3- JULGAMENTO DO PROCESSO NO FORMATO "MENOR VALOR GLOBAL"

3.1 Justifica-se o julgamento da futura contratação no formato "menor valor global", devido a experiência de aquisição individual dos itens (julgamento da licitação por item), onde a



execução contratual se mostrou fracassada e ineficiente (Conforme Processo Licitatório 015/2020 - Pregão Eletrônico 002/2020), demonstrando que esta estratégia de aquisição não refletiu o comportamento de aquisição do mercado, tampouco a vantajosidade da compra.

3.2 O fornecimento de materiais de expediente é de natureza continuada, cuja interrupção comprometeria o pleno funcionamento das instituições. É inviável a contratação fracionada, ou seja, compras individuais por produto e demanda, o processo é moroso e não atenderia a tempo da demanda. Sendo assim, a contratação de um único fornecedor que entregue diretamente no local demandante atende ao princípio da economicidade, destacandose, ainda, o fato da economia em escala praticada pela empresa / futura contratada.

#### 4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

4.1. A natureza do objeto a ser contratado é de natureza comum nos termos do parágrafo único do artigo 1º da Lei 10.520 de 2002 e as especificações dos materiais e serviços estão definidas de forma clara, concisa e objetiva e que as unidades de medida atendem ao princípio da padronização usual existente no mercado.

# 5. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO E ATENDIMENTO DA POLÍTICA DE FOMENTO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS.

- 5.1. A pretensa aquisição se dará, muito provavelmente, na Modalidade Pregão Eletrônico SRP, atendendo ao Art. 3°, inciso IV, Decreto 7892/2013, quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. A aquisição será realizada de forma parcelada, conforme necessidades e orçamento disponibilizado pelo participante desta contratação.
- 5.2. A presente licitação para aquisição dos materiais objeto deste documento será realizada e julgada pelo menor valor global do conjunto de todos os itens, conforme justificado nesse termo.
- 5.3. O fomento aos pequenos negócios, de modo similar, é assunto que deve ser preservado em licitações tais, em atendimento às normas vigentes (especialmente Constituição Federal de 1988, Lei Complementar nº 123/2006) merecendo registrar, por antecipação, que a Corte de Contas de Minas Gerais (TCE-MG) tem sido rigorosa em casos de ausência de regras para tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, mormente porque cogente a primazia do tratamento isonômico (art. 37, XXI, CRFB/88; art. 11, II, Lei nº 14.133/2021).
- 5.4. Nesse sentido, em cumprimento ao disposto acima, sugere-se que seja destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte a contratação total, cujo valor estimado (global) seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

5.5. Caso o valor estimado global venha a ser superior a R\$80.000,00 (oitenta mil reais), deve-se efetivar reserva de percentual às microempresas e empresas de pequeno porte, com base no inciso III, do art. 48 da LC 123/2006.

#### 6. DAS ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

- 6.1. Para fornecimento das quantidades adquiridas proceder-se-á de acordo com as necessidades e conveniências da CONTRATANTE, sendo:
- 6.1.1. O início do fornecimento dos itens licitados ocorrerá após o recebimento pelo licitante contratado da ordem de fornecimento ou de serviço emitida pelo Município ou CIMAMS.
- 6.1.2. A entrega dos produtos (objeto deste termo) SERÁ DE FORMA PARCELADA e deverá ocorrer na sede do município (Prefeitura) ou no CIMAMS, setor de almoxarifado, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir do efetivo e comprovado recebimento da "ordem de fornecimento" emitida pelo setor interessado.
- 6.1.3. A CONTRATADA fornecerá os produtos mediante a apresentação da "Autorização de Fornecimento", conforme o caso, conforme modelo previamente apresentado pelA CONTRATANTE e acordado pelas partes, devidamente datada e assinada por funcionário autorizado.
- 6.1.4. O fornecimento parcelado dos produtos será realizado por meio de autorizações de fornecimento, nas quais deverão constar o detalhamento do objeto a ser adquirido e os respectivos quantitativos e valores.
- 6.1.5. A CONTRATADA comprometer-se-á a dar total garantia quanto à qualidade dos produtos, bem como efetuar a substituição nas condições especificadas neste termo, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente defeituoso ou impróprio, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis. Sendo facultada ao CONTRATANTE o acompanhamento das notas fiscais/faturas fornecidas pelas distribuidoras.
- 6.1.6. Os suprimentos deverão ser compatíveis com suas referências e códigos. Deverão ainda, ser novos e originais de fábrica.
- 6.1.7. Os suprimentos deverão ser entregues, acondicionados em suas embalagens originais, lacradas de forma tecnicamente correta, contendo, no mínimo, as indicações da marca.
- 6.1.9. O valor pago será o efetivamente entregue.

# 7.CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 7.1 O CIMAMS e Município Consorciado não aceitará ou receberá qualquer produto com atraso, defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes deste Termo de Referência ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo ao Fornecedor efetuar as substituições necessárias em prazo a ser determinado, por essa Coordenadoria, sob pena de aplicação das sanções previstas e/ou rescisão contratual.
- 7.2 Os materiais deverão ser entregues devidamente embalados, acondicionados e transportados com segurança e sob a responsabilidade do fornecedor, sendo que o Município Consorciado e CIMAMS recusará os produtos que forem entregues em desconformidade com o previsto neste Termo.
- 7.3 A CONTRATADA arcará com as despesas de transporte necessárias à entrega nos locais determinados.
- 7.4. A CONTRATADA não poderá alterar a marca e o valor dos itens ofertados em sua proposta comercial.
- 7.4.1 A alteração da marca poderá ser apreciada, mediante justificativa fundamentada, pela CONTRATANTE.
- 7.5 Todas as mercadorias serão previamente aprovadas pelo CIMAMS e Município Consorciado.
- 7.6 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

# 8 FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

- 8.1. O acompanhamento e a fiscalização, assim como o recebimento e a conferência dos produtos entregues, serão realizados por pessoa designada pela Contratante (Município ou CIMAMS).
- 8.1.1. A CONTRATADA é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização, bem como permitir o acesso a informações consideradas necessárias pelo órgão fiscalizador.
- 8.1.2. O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.

# 9 CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

9.1 No valor da proposta, deverão estar incluídos todos os custos eventualmente incidentes



pelos quais respondam os licitantes.

9.2 O quantitativo e a marca dos materiais deverão ser especificados na Proposta, com os preços individualizados, compondo o valor do preço final.

#### 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA:

#### 10.1. São Obrigações da Contratante:

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste termo.
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste termo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste termo.
- f) A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### 10.2 São Obrigações da Contratada:

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo e de sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste termo, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade e outras informações pertinentes.
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- c) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste termo, o objeto com avarias ou defeitos.



- d) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- e) Responsabilizar-se pela conformidade, adequação e qualidade do objeto ofertado.
- f) Obriga-se a manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas, devendo comunicar ao Contratante, imediatamente qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do Contrato
- g) Fornecer os produtos nas qualidades solicitadas, observando-se os prazos ajustados, bem como efetuar a troca dos produtos que, porventura, apresentarem algum tipo de irregularidade.
- h) Manter, ainda, pessoal capaz de atender aos serviços, sem interrupções, seja por motivo de férias, licença, falta ao serviço, demissão de funcionários ou por qualquer outra razão.
- i) Efetivar a entrega das mercadorias somente aos portadores da "OF" (Ordem de Fornecimento) emitidas pelas Contratantes (CIMAMS ou Municípios).
- j) Executar a entrega do objeto deste termo dentro das regras técnicas específicas dos padrões de qualidade, eficiência, pontualidade.
- k) Arcar com todas as despesas de transporte das mercadorias até o local indicado pelas Contratantes (CIMAMS OU Municípios).
- l) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- m) Os produtos serão aceitos no ato da entrega, em princípio provisoriamente e após inspeção, verificação, se encontrado algum fator destoante do previsto quanto à qualidade, quantidade, serão rejeitados, no todo ou em parte; deste modo o licitante terá o prazo de 05 (cinco) dias para fornecer novamente o produto (substituição) e entregá-lo no ponto convencionado (sede do CIMAMS ou Município Consorciado, setor de almoxarifado; a contar do recebimento da formalização notificada quanto a recusa pelo fiscalizador responsável, que designará profissional para a fiscalização.
- n) Fornecer o material de expediente com no máximo 12 (doze) meses de fabricação, comprovados na data da entrega provisória.

# 11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega das mercadorias, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.



- 11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.3. O representante da Contratante (CIMAMS e Municípios) anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

#### 12. DA VIGÊNCIA DA ARP E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 12.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.
- 12.2. A CONTRATADA deverá apresentar, em até 5 (cinco) dias úteis a contar do terceiro dia útil de cada mês, pré-faturamento referente ao mês anterior com detalhes dos fornecimentos, para conferência por parte da CONTRATANTE e posterior aprovação para faturamento.
- 12.3. Depois de realizada conferência e aprovação de faturamento mensal, a CONTRATADA deve emitir a nota fiscal/fatura relativa ao fornecimento, que deverá ser entregue na Secretaria de Administração, para fins de liquidação.
- 12.4. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE **no prazo de até 30 (trinta) dias**, contado da data da protocolização junto ao órgão competente da nota fiscal/fatura, mediante depósito creditado em conta corrente da CONTRATADA.
- 12.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA sem a conferência e atestação do objeto ou no caso de erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, situação em que o pagamento será suspenso e a nota fiscal/fatura será devolvida à CONTRATADA, cessando a contagem do prazo até que a mesma providencie as medidas saneadoras.
- 12.5.1. A contagem do prazo para pagamento será reiniciado logo após reapresentação e protocolização junto ao órgão competente do documento fiscal com as devidas correções, fato esse que não poderá acarretar qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE, nem deverá haver prejuízo do fornecimento dos produtos pela CONTRATADA.
- 12.6. A CONTRATANTE não fica obrigada a adquirir as mercadorias na totalidade do valor e das quantidades estimados para a contratação, realizando o pagamento de acordo com o fornecimento efetivamente efetuado.



## 13 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
  - Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo;
- Cometer fraude fiscal;

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- O atraso injustificado ou retardamento na prestação de serviços objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. Nº 86, da Lei Nº 8666/93:
- Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (QUINZE) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 13.3 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 13.4 As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no órgão Oficial de Imprensa da Contratante.

# 14. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ESTIMATIVA DE VALORES

O SRP <u>dispensa a indicação de rubrica orçamentária</u>, por expressa disposição legal<sup>1</sup>, <u>o que não inibe a realização da estimativa de valores</u> no decorrer do sequenciamento do processo, o qual, em se tratando de pregão, <u>poderá ou não ser mantido sob sigilo</u>, na forma legal (art. 24, c/c art.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> **Decreto Federal n. 7.892/2013:** "Art.7°. [...]. § 2°. Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil."



13, parágrafo único, II, ambos da Lei nº 14.133/2021), a critério da Administração Pública<sup>2</sup>, até porque remanesce presente certo grau de complexidade do objeto e as características peculiares de mercado<sup>3</sup>.

#### 15. DAS CONDIÇÕES GERAIS

O objeto desta contratação é considerado bem comum, pois perfaz produto cuja escolha pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, não necessitando de avaliação minuciosa para tanto.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, nos termos do artigo 12 do Decreto nº: 7.892/2013.

Tendo em vista a natureza do objeto a ser contratado, não se exigirá qualificação econômica-financeira específicas, nem garantia, restringindo-se a exigência quanto a este objeto às referidas no artigo 31, incisos I e II da Lei nº: 8666/1993.

Montes Claros, 11 de março de 2022. (Data de emissão do TR)

Rafael Gonçalves Chagas Assessor Jurídico do CIMAMS

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> TCU. Acórdão 2989/2018 - Plenário. Representação. Relator Min. Walton Alencar Rodrigues. Sessão de Julgamento em 12.12.2018. Enunciado: "Não é obrigatória a divulgação dos preços unitários no edital do pregão, mesmo quando eles forem utilizados como critério de aceitabilidade das propostas." Consultar também: TCU - Acórdão nº 394/2009-Plenário; TCU - Acórdão nº 1513/2013-Plenário;

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> **TCU.** Acórdão 2547/2015-Plenário. Representação. Relator Min. Raimundo Carreiro. Sessão de Julgamento em 14.10.2015. Enunciado: "Em regra, os editais de pregão devem contemplar orçamento detalhado e critérios de aceitabilidade de preços unitários e global, admitida sua dispensa, motivadamente e considerando os riscos e benefícios da medida, no caso de objetos complexos, com alto grau de incerteza em sua definição e/ou características muito peculiares de mercado."



# ANEXO III - DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

#### PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 026/2022

# PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 010/2022

			insc	rita no	CNPJ sob o	nº
, [						
Identidade nº						
DECLARA cumprir plename						
Licitação acima referenciado, a	teor do art. 4°,	VII da Lei	Federal nº	10.520	0/02, sob pena	de
responsabilização nos termos da	ı lei.					
Local, data.						
Assinatura:						
Nome legível:						
Oualificação:						



# ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 026/2022 PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 010/2022

A empr	esa, inscrita no CNPJ s	ob o nº
	, por intermédio de seu representante legal, portador do Documento de Identic	
	, portador do Documento de Idente, inscrito no CPF sob o nº DECLARA,	
	da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação	
-	(incluir a condição da empresa: Microempresa (N	
	sa de Pequeno Porte (EPP)), art. 3° da Lei Complementar n.º 123/2006 e que n	
_	quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do trat	
•	ido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada lei.	
regulari	emos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/0 zação, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando ões previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.	-
(Observ	vação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)	
Local, o	lata.	
Assinat	ura:	
Nome 1	egível:	
Qualific	cação:	



# ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 026/2022 PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 010/2022

, inscrita no CNPJ sob o i	1°
, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a, portador do Documento de Seu representante legal, o(a) Sr(a, portador do Documento de Seu representante legal, o(a) Sr(a, portador do Documento de Seu representante legal, o(a) Sr(a, portador do Documento de Seu representante legal, o(a) Sr(a, portador do Documento de Seu representante legal, o(a) Sr(a, portador do Documento de Seu representante legal, o(a) Sr(a, portador do Documento de Seu representante legal, o(a) Sr(a, portador do Documento de Seu representante legal, o(a) Sr(a, portador do Documento de Seu representante legal, o(a) Sr(a	a)
Identidade n° e inscrito no CPF sob o n°	
DECLARA, sob as penas da lei, em cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII d	a
Constituição da República, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.	),
Ressalva: ( ) emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.	
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)	
Local, data.	
Assinatura:	
Nome legível:	
Qualificação:	



# ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

# PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 026/2022 PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 010/2022

A empresa	, inscrita no CNP.
	, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a)
	, portador do Documento de
	e inscrito no CPF sob o nº
	lei, que não está suspensa temporariamente da participação em
licitações, nem impedida de	contratar com o Poder Público e, da mesma forma não está na
situação de empresa/pessoa ir	nidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, na forma
dos incisos III e IV, do artigo	87 da Lei Federal n° 8.666/93 e suas posteriores alterações.
Local, de	de 2022.



# ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO PRÉVIA DE CONFORMIDADE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 026/2022 PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 010/2022

A empresa ...., inscrita no CNPJ sob o nº ..., situada na ....., por intermédio de seu representante legal, o Sr. ....., abaixo assinado, DECLARA:

- 1. Não realizaram, não ofereceram, não prometeram, nem autorizaram, direta ou indiretamente, bem como se comprometem a não realizar, não oferecer, não prometer, nem autorizar, direta ou indiretamente, qualquer pagamento, presente, entretenimento, viagem, promessa ou outra qualquer vantagem para o uso ou benefício, direto ou indireto, de qualquer autoridade ou funcionário público, conforme definido nos arts. 327, caput, § § 1º e 2º do Código Penal Brasileiro, bem como de qualquer partido político, membro de partido político, candidato a cargo eletivo, quando tal pagamento, oferta ou promessa de presente, entretenimento ou viagem, ou qualquer outra vantagem, constituírem um ilícito previsto nas leis brasileiras especialmente na Lei 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, sujeitando-se às penalidades cabíveis.
- 2. Estão cumprindo e continuarão a cumprir com as leis aplicáveis à contratação e execução de contratos com a administração pública e que caso verifiquem a ocorrência de violação de quaisquer leis que regulamentam a matéria das contrações com o poder privado, leis e normas anticorrupção, da legislação penal e de defesa da concorrência e leis correlatas, adotarão as medidas necessárias para interromper tais violações, sanar suas consequências e aperfeiçoar seus programas de combate à corrupção.
- 3. Cumprirão fiel e integralmente as disposições abaixo descritas:
- 3.1 A [nome da proponente] informará imediatamente ao CIMAMS, através do gestor do contrato e/ou controladoria interna, por escrito e mediante comprovante de recebimento, sobre a instauração e andamento de qualquer investigação ou processo administrativo ou judicial para apuração de prática dos atos ilícitos descritos no item 1, por ventura imputados à proponente ou aos membros do Grupo da proponente, referentes a este processo de contratação.
- 3.2 A [nome da proponente] declara que informou a seus administradores, prepostos, representantes, empregados e terceiros atuando em seu interesse ou benefício, bem como aos



dos membros do Grupo da [proponente], de seu compromisso em relação ao disposto nesta declaração, bem como tomou medidas para que os mesmos se comprometam a não praticar condutas ou omissões que possam resultar violações aos compromissos estabelecidos e declarações contidas neste instrumento ou em responsabilidade para o Município de Congonhas (MG).

3.3 – A [nome da proponente] responsabiliza-se pelos atos praticados em descumprimento ao disposto nesta declaração, por si e pelos membros do Grupo da [Proponente].]

Cidade.....

Assinatura...

(Carimbo de CNPJ da empresa)



# ANEXO VIII/A – MODELO DE DECLARAÇÃO CUMPRIMENTO DAS REGRAS DO ART. 429 DA CLT

# PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 026/2022 PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 010/2022

Declaro para os devidos fins de direito e, sob as penas da lei, que a empresa
, CNPJ n°, sediada na
, n°, Bairro, cidade de,
cumpre as regras do art. 429 do Decreto-Lei Nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do
Trabalho - CLT).
"Art. 429. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada
estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional."
, de de 2022
Nome e assinatura do declarante

**CNPJ** da licitante



# ANEXO VIII/B – MODELO DE DECLARAÇÃO CUMPRIMENTO DAS REGRAS DO ART. 429 DA CLT

# PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 026/2022 PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 010/2022

Decl	aro para os	devidos	fins de direito	e, sob	as pena	as da le	i, de modo e	special o	o Decret	o-Lei
N°	5.452/1943	3 -	Consolidação	das	Leis	do	Trabalho,	que	a em	presa
				,	CNPJ	$n^{o}$		,	sediada	na
		, n	° Bairro			, cida	de de			, não
tem	em seus	quadro	os funcionais	apre	ndizes	cujas	atribuiçõe	s exijai	m form	ação
prof	issional.									
-										
•••••		, de	e de			de 2	2022			
			Nome e a	assinat	ura do	declar	ante			

**CNPJ** da licitante



# ANEXO IX - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 026/2022 PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 010/2022 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XXX/2022

Pelo presente instrumento, o CIMAMS - Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene - Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, situado na Rua Tapajós, Nº 441, Bairro Melo, Montes Claros/MG, inscrito no CNPJ 21.505.692/0001-08, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. Valmir Morais de Sá, casado, fazendeiro, inscrito no CPF nº 134.305.136-34, RG nº M-486.396 SSP/MG, residente e domiciliado na Fazenda Sussuapara - Área Rural, município de Patis-MG, CEP 39.378-000, e pelo seu Secretário Executivo, Sr. Luiz Wanderley dos Santos Lobo, inscrito no CPF nº 459.907.436-53, Carteira de Identidade nº M-2693107, residente na Rua Serra Azul, nº 385, Bairro Morada da Serra, nesta cidade de Montes Claros-MG, a seguir denominado ÓRGÃO GESTOR e a Empresa inscrita CNPJ no sob nº\_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_ n°\_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, Carteira \_\_\_\_\_ e CPF n° \_\_\_\_\_ de Identidade n°\_ adiante denominada CONTRATADA nos termos da Lei nº. 8.666/93, de 21.06.1993, e suas alterações, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### 1 CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DIVERSOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS, BEM COMO DOS SEUS MUNICÍPIOS INTEGRANTES.

Parágrafo Único - Integram esta Ata de Registro de Preço, como se nela estivessem transcritos, o Termo de Referência do edital de licitação e a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA no Processo Licitatório nº 026/2022, Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 010/2022.

#### 2 DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, o CIMAMS/ Entidades adesos, não serão obrigados a efetuar a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, o objeto referido na cláusula primeira, podendo utilizar para tanto, outros meios,



desde que permitidos por lei, sem que de fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

#### 3 DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá ao CIMAMS.

#### 4 DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1 - Os itens, as especificações, unidades, as quantidades e os preços estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UN. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
	-					

- 4.2 Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:
- a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do princípio e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;
- **b**) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5° da Lei 8.666/93.
- 4.3 A revisão dos valores será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;
- 4.4 Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

#### 5 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

- 5.1 Comparecer quando convocado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação formal, para assinatura da Ata de Registro de Preços, sob pena de multa de 2% (dois por cento) ao dia, sobre o valor a ela adjudicado.
- 5.2 Retirar a Nota de Empenho no prazo de **05** (**cinco**) **dias**, contados do recebimento da convocação formal.
- 5.3 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços para a aquisição será de **12 (doze)** meses, contados a partir da data de sua publicação.



- 5.4 Se o licitante vencedor recusar-se a assinar a ata de registro de preços injustificadamente será aplicada à regra seguinte: quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis nas Leis 8.666/93, 10.520/02 e demais disposições vigentes.
- 5.5 No caso de descumprimento (não assinatura), o CIMAMS se reserva no direito de convocar outro licitante, observada a ordem de classificação, para assinar a ata, sendo este o novo detentor.
- 5.6 Na ata de Registro de Preços constarão todas as obrigações, direitos e deveres estabelecidos no edital.
- 5.7 A minuta da ata de Registro de Preços, a ser assinada pelo licitante vencedor, estará disponível no setor de licitações do CIMAMS.
- 5.8 É vedado reajustes antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência da Ata de Registro de Preços.
- 5.9 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da Ata de Registro de Preços, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.
- 5.10 Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei n. 8.666/93, serão concedidos depois de decorrido 12 (doze) meses da vigência da Ata, por provocação dos Órgãos/ Entidades adesos, que deverão comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado.
- 5.11 Os valores registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
- 5.12 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o CIMAMS solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.
- 5.13 Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o CIMAMS poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo valor do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.
- 5.14 Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.



- 5.15 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:
- 5.16 Quando o fornecedor/consignatário não cumprir as obrigações constantes no Edital e da Ata de Registro de Preços;
- 5.17 Quando o fornecedor/consignatário der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII, do art. 78 da Lei 8.666/93;
- 5.18 Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;
- 5.19 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- 5.20 Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados.
- 5.21 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da Ata de Registro de Preços.
- 5.22 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
- 5.23 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas em Edital.
- 5.24 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento dos serviços, permanecendo mantido o compromisso da garantia dos anteriormente ao cancelamento.
- 5.25 Caso o CIMAMS não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.
- 5.26 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a ata de registro de preços.
- 5.27 É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização do CIMAMS.



### 6 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo e de sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste termo, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade e outras informações pertinentes.
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- c) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste termo, o objeto com avarias ou defeitos.
- d) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- e) Responsabilizar-se pela conformidade, adequação e qualidade do objeto ofertado.
- f) Obriga-se a manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas, devendo comunicar ao Contratante, imediatamente qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do Contrato
- g) Fornecer os produtos nas qualidades solicitadas, observando-se os prazos ajustados, bem como efetuar a troca dos produtos que, porventura, apresentarem algum tipo de irregularidade.
- h) Manter, ainda, pessoal capaz de atender aos serviços, sem interrupções, seja por motivo de férias, licença, falta ao serviço, demissão de funcionários ou por qualquer outra razão.
- i) Efetivar a entrega das mercadorias somente aos portadores da "OF" (Ordem de Fornecimento) emitidas pelas Contratantes (CIMAMS ou Municípios).
- j) Executar a entrega do objeto deste termo dentro das regras técnicas específicas dos padrões de qualidade, eficiência, pontualidade.
- k) Arcar com todas as despesas de transporte das mercadorias até o local indicado pelas Contratantes (CIMAMS OU Municípios).
- l) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- m) Os produtos serão aceitos no ato da entrega, em princípio provisoriamente e após inspeção, verificação, se encontrado algum fator destoante do previsto quanto à qualidade, quantidade, serão rejeitados, no todo ou em parte; deste modo o licitante terá o prazo de 05 (cinco) dias para fornecer novamente o produto (substituição) e entregá-lo no ponto convencionado (sede do CIMAMS ou Município Consorciado, setor de almoxarifado; a contar do recebimento da formalização notificada quanto a recusa pelo fiscalizador responsável, que designará profissional para a fiscalização.
- n) Fornecer o material de expediente com no máximo 12 (doze) meses de fabricação, comprovados na data da entrega provisória.



o) Entregar os itens contratados **em até 05** (**Cinco**) **dias corridos**, após o recebimento da Ordem de Fornecimento, acompanhado de Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado.

#### 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste termo.
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste termo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste termo.
- f) A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

# 8 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - Por tratar-se de licitação realizada através do Sistema de Registro de Preços, a dotação orçamentária será indicada em documento específico: contrato, nota de empenho, autorização de fornecimento, ou outro documento equivalente.

#### 9 DO PAGAMENTO

- 9.1 A CONTRATADA deverá apresentar, em até 5 (cinco) dias úteis a contar do terceiro dia útil de cada mês, pré-faturamento referente ao mês anterior com detalhes dos fornecimentos, para conferência por parte da CONTRATANTE e posterior aprovação para faturamento.
- 9.2 Depois de realizada conferência e aprovação de faturamento mensal, a CONTRATADA deve emitir a nota fiscal/fatura relativa ao fornecimento, que deverá ser entregue na Secretaria de Administração, para fins de liquidação.
- 9.3 O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE **no prazo de até 30 (trinta) dias**, contado da data da protocolização junto ao órgão competente da nota fiscal/fatura, mediante



depósito creditado em conta corrente da CONTRATADA.

- 9.4 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA sem a conferência e atestação do objeto ou no caso de erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, situação em que o pagamento será suspenso e a nota fiscal/fatura será devolvida à CONTRATADA, cessando a contagem do prazo até que a mesma providencie as medidas saneadoras.
- 9.5 A contagem do prazo para pagamento será reiniciado logo após reapresentação e protocolização junto ao órgão competente do documento fiscal com as devidas correções, fato esse que não poderá acarretar qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE, nem deverá haver prejuízo do fornecimento dos produtos pela CONTRATADA.
- 9.6 A CONTRATANTE não fica obrigada a adquirir as mercadorias na totalidade do valor e das quantidades estimados para a contratação, realizando o pagamento de acordo com o fornecimento efetivamente efetuado.

#### 10 DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:
- a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus anexos;
- b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;
- d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

#### 11 DAS PENALIDADES

- 11.1 O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos do Edital e da Ata de Registro de Preços sujeita a CONTRATADA, a juízo da administração, garantida a prévia e ampla defesa, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), sobre o valor contratado, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei 8.666/93.
- 11.2 A multa prevista no item acima será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Órgão/Entidade e pode cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com as multas previstas.



- 11.3 Se a adjudicatária recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços e retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida a prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:
- a) Advertência por escrito;
- **b**) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;
- c) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública por prazo de até 02 (dois) anos, e;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 11.4. Sanções específicas para o caso de descumprimento de ordenamento referente a atos de corrupção a serem aplicadas administrativamente:
- 11.4.1. Será penalizada a pessoa jurídica contratada, nos termos do subitem 12.4.2., considerada responsável pelos atos lesivos previstos na Lei Federal N. 12.846/2013, especialmente em seu art. 5°, que atentem contra o patrimônio público, contra os princípios da administração pública ou contra os compromissos assumidos com o Poder Público, especialmente:
- prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática de atos ilícitos;
- comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- no tocante a licitações e contratos:
- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;



- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.
- 11.4.2. Além das demais penalidades possíveis, será penalizada a pessoa jurídica contratada, considerada responsável por praticar atos lesivos enunciados no item 12.4.1. com as seguintes sanções:
- I multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação; e
- II publicação extraordinária da decisão condenatória.
- 11.4.2.1. As sanções serão aplicadas fundamentadamente, isolada ou cumulativamente, de acordo com as peculiaridades do caso concreto e com a gravidade e natureza das infrações, não excluindo, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.
- 11.4.2.1.1. Nos casos de atos praticados contra o procedimento licitatório, as sanções poderão ser aplicadas às empresas que o praticarem, mesmo que não venham a ser contratadas com o CIMAMS.
- 11.4.2.2. A publicação extraordinária da decisão condenatória ocorrerá na forma de extrato de sentença, a expensas da pessoa jurídica, em meios de comunicação de grande circulação no Estado de Minas Gerais, Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, Diário Oficial da União e Diário Oficial dos Municípios Mineiros.
- 11.4.2.3. No Diário Oficial dos Municípios Mineiros serão publicadas as convocações administrativas, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, para manifestação da parte interessada.
- 11.4.2.4. O processo administrativo para apuração e penalização obedecerá ao rito previsto na Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.5 A licitante, adjudicatária ou CONTRATADA que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com município pelo prazo de até dois anos, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.



- 11.6 Caso a detentora da Ata, não possua nenhum valor a receber do Órgão/entidade adeso, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, respeitado o direito de ampla defesa, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do CIMAMS/Entidade adeso, podendo, ainda o Órgão/entidade proceder à cobrança judicial.
- 11.7 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de (05) cinco dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.
- 11.8 Serão publicadas as sanções administrativas previstas nesta seção, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.
- 11.9 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao ÓRGÃO.
- 11.20 A aplicação das multas será feita pelos Órgãos/Entidades que fizerem adesão e o cancelamento e/ou suspensão pelo gestor da Ata de Registro de Preços.
- 11.21 De acordo com o estabelecido em lei, poderão ser acrescidas sanções administrativas previstas em instrumento convocatório e no contrato.

# 12 DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 010/2022** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III É vedado caucionar ou utilizar esta Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do órgão competente da administração.

**IV** O objeto desta licitação deverá ser entregue parceladamente, de acordo com o requerimento, nos locais e datas definidos pelo CIMAMS. A entrega deverá efetuar-se em até 60 (sessenta dias) dias após a emissão da ordem de compra.

#### 13 DO FORO

13 - As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Montes Claros, Minas Gerais como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Montes Claros/MG,de	_de 2022.	
Presidente CIMAMS – CONTRATANTE		
CONTRATADA		
TESTEMUNHAS:		
	CPF	
	CPF	



# ANEXO X - MINUTA DE CONTRATO DE EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO Nº. /2022

#### PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 026/2022

PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 010/2022

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE XXXXXXXX

CONTRATADA: Empresa XXXXX, inscrita no CNPJ sob o Nº XXXX.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DIVERSOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS, BEM COMO DOS SEUS MUNICÍPIOS INTEGRANTES.

REF. PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 010/2022

Aos (DIA) dias do mês de xxx de 20XX, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE xxxxxxxx – MG**, situado na Av./Rua, n°, Bairro, cidade de, Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o n°, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Prefeito o Sr. xxxxxx, CPF sob o n°xxxxxxx, RG:, residente e domiciliado na Av./Rua, n°, Bairro, /MG, de outro, a Empresa XXX, inscrita no CNPJ sob o n° XXXX, situada na Rua XXX, n° XXX, Centro, CEP: XXX, na cidade XXX/MG, representada pelo Sr. XXXX, inscrito(a) no Cadastro de Pessoa Físicas sob o n° XXX (Representante legal), doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, de acordo com o que consta do Processo n° 026/2022, relativo ao **PREGÃO POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 010/2022**, têm entre si justo e acertado este instrumento contratual, que se regerá pelas **CLÁUSULAS** seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1- REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DIVERSOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS, BEM COMO DOS SEUS MUNICÍPIOS INTEGRANTES.



# CLÁUSULA SEGUNDA - DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

2.1 - Para todos os efeitos de direito, para melhor caracterização da aquisição, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este **CONTRATO** os documentos do **EDITAL DE PREGÃO N.º 010/2022 - PREFEITURA MUNICIPAL DE XXX,** a Ata de Registros de Preços nº XXX/2022 constantes do Processo Licitatório n.º 026/2022, e, em especial, a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação da **CONTRATADA.** 

Parágrafo único – A execução deste **CONTRATO** será disciplinada pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis às obrigações ora contraídas, especialmente a Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, publicada no DOU de 18/7/2002 e Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 – As despesas decorrentes da contratação do objeto deste termo correrão por conta da dotação orçamentária especificada abaixo:

Dotação Orçamentária	Fonte de Recursos	Ficha

# CLÁUSULA QUARTA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - Pelo fornecimento do objeto deste CONTRATO, A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o preço total referente aos preços unitários constantes do ANEXO I conforme descritos abaixo:

ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UN. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

- 4.2 A CONTRATADA deverá apresentar, em até 5 (cinco) dias úteis a contar do terceiro dia útil de cada mês, pré-faturamento referente ao mês anterior com detalhes dos fornecimentos, para conferência por parte da CONTRATANTE e posterior aprovação para faturamento.
- 4.3 Depois de realizada conferência e aprovação de faturamento mensal, a CONTRATADA deve emitir a nota fiscal/fatura relativa ao fornecimento, que deverá ser entregue na Secretaria de Administração, para fins de liquidação.



- 4.4 O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE **no prazo de até 30 (trinta) dias**, contado da data da protocolização junto ao órgão competente da nota fiscal/fatura, mediante depósito creditado em conta corrente da CONTRATADA.
- 4.5 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA sem a conferência e atestação do objeto ou no caso de erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, situação em que o pagamento será suspenso e a nota fiscal/fatura será devolvida à CONTRATADA, cessando a contagem do prazo até que a mesma providencie as medidas saneadoras.
- 4.6 A contagem do prazo para pagamento será reiniciado logo após reapresentação e protocolização junto ao órgão competente do documento fiscal com as devidas correções, fato esse que não poderá acarretar qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE, nem deverá haver prejuízo do fornecimento dos produtos pela CONTRATADA.
- 4.7 A CONTRATANTE não fica obrigada a adquirir as mercadorias na totalidade do valor e das quantidades estimados para a contratação, realizando o pagamento de acordo com o fornecimento efetivamente efetuado.

#### CLÁUSULA QUINTA - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

5.1 - O objeto desta **CONTRATAÇÃO** será fornecido de acordo com a necessidade da Prefeitura ou do CIMAMS, de acordo com pedidos/entregas do OBJETO DA **CONTRATANTE**, sob a fiscalização do executor do contrato por este designado.

# CLÁUSULA SEXTA - GARANTIA PARA EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1 - Fica dispensada a garantia para a execução do contrato, na forma facultada pelo artigo 56, caput, da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - VIGÊNCIA CONTRATUAL

7.1 - O prazo de vigência do presente contrato de compra com entrega parcelada ou imediata será de (vigência contratual deverá ser normatizada pelo CIMAMS ou Município), a contar da data de sua assinatura.

# CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo e de sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste termo, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade e outras informações pertinentes.
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- c) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste termo, o objeto com avarias ou defeitos.
- d) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- e) Responsabilizar-se pela conformidade, adequação e qualidade do objeto ofertado.
- f) Obriga-se a manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas, devendo comunicar ao Contratante, imediatamente qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do Contrato
- g) Fornecer os produtos nas qualidades solicitadas, observando-se os prazos ajustados, bem como efetuar a troca dos produtos que, porventura, apresentarem algum tipo de irregularidade.
- h) Manter, ainda, pessoal capaz de atender aos serviços, sem interrupções, seja por motivo de férias, licença, falta ao serviço, demissão de funcionários ou por qualquer outra razão.
- i) Efetivar a entrega das mercadorias somente aos portadores da "OF" (Ordem de Fornecimento) emitidas pelas Contratantes (CIMAMS ou Municípios).
- j) Executar a entrega do objeto deste termo dentro das regras técnicas específicas dos padrões de qualidade, eficiência, pontualidade.
- k) Arcar com todas as despesas de transporte das mercadorias até o local indicado pelas Contratantes (CIMAMS OU Municípios).
- 1) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- m) Os produtos serão aceitos no ato da entrega, em princípio provisoriamente e após inspeção, verificação, se encontrado algum fator destoante do previsto quanto à qualidade, quantidade, serão rejeitados, no todo ou em parte; deste modo o licitante terá o prazo de 05 (cinco) dias para fornecer novamente o produto (substituição) e entregá-lo no ponto convencionado (sede do CIMAMS ou Município Consorciado, setor de almoxarifado; a contar do recebimento da formalização notificada quanto a recusa pelo fiscalizador responsável, que designará profissional para a fiscalização.
- n) Fornecer o material de expediente com no máximo 12 (doze) meses de fabricação, comprovados na data da entrega provisória.
- o) Entregar os itens contratados **em até 05** (**Cinco**) **dias corridos**, após o recebimento da Ordem de Fornecimento, acompanhado de Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado.

# CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste termo.



- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste termo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste termo.
- f) A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1 - Este contrato poderá ser alterado nos termos do disposto no artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, mediante a formalização do correspondente Termo de Aditamento.

Parágrafo único – A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste **CONTRATO**, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes ultrapassar o limite indicado.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PENALIDADES PELAS INFRAÇÕES CONTRATUAIS E INADIMPLÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

- 11.1 O descumprimento do prazo de entrega sujeitará a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo das previstas no Edital de Pregão Eletrônico Por Registro de Preços nº 010/2022, e da Ata de Registro de Preços que faz parte integrante do presente Contrato:
- a) Multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) do valor de cada pedido, a cada dia de atraso, contados do estabelecido no Edital de Pregão, até o limite de 10% (dez por cento) de cada fornecimento.
- b) Multa de 10% (dez por cento) do valor do fornecimento e rescisão do presente contrato, sem prejuízo do cancelamento da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**
- c) Impedimento de contrato com a Prefeitura Municipal de XXX pelo período até 5 (cinco) anos, caso a rescisão decorra de qualquer das situações previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.



Parágrafo único: A CONTRATADA também é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente termo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado nos termos do artigo 70 da Lei Federal 8.666/93.

- 11.2. Sanções específicas para o caso de descumprimento de ordenamento referente a atos de corrupção a serem aplicadas administrativamente:
- 11.2.1. Será penalizada a pessoa jurídica contratada, nos termos do subitem 12.4.2., considerada responsável pelos atos lesivos previstos na Lei Federal N. 12.846/2013, especialmente em seu art. 5°, que atentem contra o patrimônio público, contra os princípios da administração pública ou contra os compromissos assumidos com o Poder Público, especialmente:
- prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática de atos ilícitos;
- comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- no tocante a licitações e contratos:
- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;



- dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.
- 11.2.2. Além das demais penalidades possíveis, será penalizada a pessoa jurídica contratada, considerada responsável por praticar atos lesivos enunciados no item 12.4.1. com as seguintes sanções:
- I multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação; e
- II publicação extraordinária da decisão condenatória.
- 11.2.2.1. As sanções serão aplicadas fundamentadamente, isolada ou cumulativamente, de acordo com as peculiaridades do caso concreto e com a gravidade e natureza das infrações, não excluindo, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.
- 11.2.2.1.1. Nos casos de atos praticados contra o procedimento licitatório, as sanções poderão ser aplicadas às empresas que o praticarem, mesmo que não venham a ser contratadas com o CIMAMS.
- 11.2.2.2. A publicação extraordinária da decisão condenatória ocorrerá na forma de extrato de sentença, a expensas da pessoa jurídica, em meios de comunicação de grande circulação no Estado de Minas Gerais, Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, Diário Oficial da União e Diário Oficial dos Municípios Mineiros.
- 11.2.2.3. No Diário Oficial dos Municípios Mineiros serão publicadas as convocações administrativas, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, para manifestação da parte interessada.
- 11.2.2.4. O processo administrativo para apuração e penalização obedecerá ao rito previsto na Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO CONTRATUAL

12.1 - A inexecução total ou parcial deste contrato ensejará a sua rescisão nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei n.º8.999/93, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial e sem prejuízo do disposto nos artigos 86 a 88 mesma Lei.

Parágrafo único – Na hipótese de rescisão, a **CONTRATANTE** poderá reter créditos e promover a cobrança judicial ou extrajudicial de perdas e danos, a fim de se ressarcir de prejuízos que a advierem do rompimento.



#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO

- 13.1 Será competente o foro da Comarca de XXX, estado de Minas Gerais com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de questões oriundas deste **CONTRATO.**
- 13.2 E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam este **CONTRATO** em 02 (Duas) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e por seus sucessores, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas, para que surtam todos os efeitos de direito, dando-se publicidade ao ato mediante publicação de seu resumo na Imprensa Oficial.

XXX/MG, XXXX					
(NOME DO PREFEITO)					
Prefeitura Municipal					
EMPRESA, inscrita no CNPJ sob o N° xxxxxxx					
P/ Representante Legal Sr. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx					
Testemunhas:					
NOME:					
RG:					
CPF:					
NOME:					
RG:					
CPE					